



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO ACADÊMICO**

**TATIANA CELESTINO DE MORAIS**

**ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO: o encapsulamento anafórico  
como um processo de reelaboração de objetos de discurso no gênero editorial**

São Cristóvão/SE  
26 de fevereiro de 2016

**TATIANA CELESTINO DE MORAIS**

**ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO: o encapsulamento anafórico  
como um processo de reelaboração de objetos de discurso no gênero editorial**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras - Estudos Linguísticos.

Sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Geralda de Oliveira Santos Lima.

São Cristóvão  
26 de fevereiro de 2016

## **TATIANA CELESTINO DE MORAIS**

### **ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO: o encapsulamento anafórico como um processo de reelaboração de objetos de discurso no gênero editorial**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras - Estudos Linguísticos.

Sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Geralda de Oliveira Santos Lima.

#### **BANCA DE DEFESA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Geralda de Oliveira Santos Lima (Presidente)  
Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Profa. Dra. Mariléia da Silva Reis (Membro interno)  
Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Profa. Dra. Silvana Maria Calixto de Lima (Membro externo)  
Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

São Cristóvão/SE  
26 de fevereiro de 2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Morais, Tatiana Celestino de

M827e      Estratégias de referência : o encapsulamento anafórico como um processo de reelaboração de objetos de discurso no gênero editorial / Tatiana Celestino de Moraes ; orientadora Geralda de Oliveira Santos Lima.– São Cristóvão, SE, 2016.

97 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Análise do discurso. 2. Redação de textos jornalísticos. I. Folha de São Paulo (Jornal). II. Lima, Geralda de Oliveira Santos, orient. III. Título.

CDU 81'42

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus pelo cuidado, carinho, força e amor que me fez seguir sempre em frente em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, José Pedro Celestino Filho (*in memoriam*), exemplo para toda minha vida que mesmo na ausência se fez presente, e Maria de Lourdes Moraes Celestino, por toda dedicação, carinho e exemplo, devo tudo o que sou hoje – muito obrigada!

Aos meus irmãos Antônio, Pedro e, de modo especial a Moraes por toda ajuda e apoio durante toda a minha formação acadêmica. Obrigada pelo estímulo e por estar do meu lado sempre.

As minhas irmãs Ana Paula e Josefa pelo apoio, carinho e compreensão durante todos os momentos.

Aos amigos e amigas, em especial ao grupo de pesquisa LETAM, representado por Thiago, Samuel, Elayne, e, de modo especial a Isabela, por todas as direções e companheirismo, e a minha amiga-irmã Gildilene, pela amizade sincera e por todo carinho e atenção. Enfim por serem um dos motivos pelos quais me aventuro ainda mais na busca pelo conhecimento.

À Geralda Lima, minha querida amiga e orientadora: esta dissertação é apenas a parte visível de tudo o que fez por mim. Exemplo de professora, foi com ela que aprendi o que é ser efetivamente uma pesquisadora e uma professora de Língua Portuguesa. Obrigada!

Ao professor Justino, pelos direcionamentos, pela paciência, pela ajuda e pelo exemplo de profissionalismo.

Agradeço, também, à professora Mônica Cavalcante pelo carinho, generosidade e por todas as sugestões dadas a este trabalho.

Ao meu namorado e amigo, Ely, companheiro, amigo, e meu amor, pela paciência infinita, por entender a minha ausência nos momentos mais tensos, e por todo seu amor que torna a minha vida mais feliz e completa.

A CAPES pela concessão de bolsa.

“A palavra é meu domínio sobre o mundo”  
*Clarice Lispector*

## RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o uso de processos anafóricos no gênero editorial do jornal *Folha de São Paulo*. Nossa análise refere-se a uma das estratégias de construção referencial ainda pouco discutida: o encapsulamento anafórico, de modo a observar até que ponto contribui para a orientação argumentativa. O objetivo deste trabalho consiste em verificar como o processo de encapsulamento é utilizado no gênero editorial para reelaborar os objetos do discurso, tendo em vista a sua contribuição para a progressão temática do texto e para orientação argumentativa presente nesse gênero. Entendemos como encapsulamento anafórico uma das estratégias da referenciação que se define como um fenômeno, através do qual, um novo referente discursivo é criado sob a base de uma informação dada; tornando-se, assim, o argumento de predicções posteriores, como também pode resultar na categorização de funções argumentativas na progressão textual. No interior desse processo, levamos em consideração a integração entre múltiplos fatores contextuais (o discursivo-textual, o cognitivo, o social, o cultural, o situacional), haja vista, nesta pesquisa, priorizarmos uma abordagem que leva em conta a integração entre estratégias de referenciação e a análise descritiva de tal gênero. Para isso, selecionamos 15 (quinze) editoriais de um banco/amostra de 184. Em consideração a análise, descrevemos como a reconstrução dos objetos de discurso mais frequentes na superfície do texto se confirma pela recorrência a mecanismos contextuais e/ou inferenciais na orientação argumentativa do gênero em questão. O suporte teórico-metodológico adotado desenvolve-se a partir do aparato teórico da Linguística Textual, na atualidade, baseando-se no processo de referenciação, alicerçado em autores como Mondada e Dubois (2003), Conte (2003), Marcuschi (2008, 2009), Koch (2004), Cavalcante (2011), Lima e Cavalcante (2015), Ciulla (2008), Koch e Cortez (2015) dentre outros. Os resultados evidenciam que o encapsulamento se constitui como importante estratégia referencial que contribui diretamente para a progressão textual e a organização tópica. Desse modo, verificamos que essa estratégia não só apresenta a função de ligar tópicos, como também se constitui de instrumento que estabelece avaliações, podendo também conduzir a orientação argumentativa do texto.

**Palavras-chave:** Gênero Editorial. Estratégias de referenciação. Encapsulamento anafórico. Recategorização de referentes.

## ABSTRACT

This research is about the use of anaphoric processes in a Folha de São Paulo editorial newspaper genus. Our analysis refers to one of the reference construction strategies that are still little discussed: the anaphoric encapsulation, to observe how far this point contribute to argument direction. The objective of this study is to verify how the encapsulation process is used in the editorial genus to redraft the speech objects, considering its contribution to the text thematic progression and present argumentative orientation in this genus. We understand anaphoric encapsulation as strategies referentiation which is defined as a phenomenon by which a new discourse referent is created on the basis of information given; becoming thus the argument later predications, but can also result in the categorization of argumentative functions in textual progression. Inside this process, we consider the multiple contextual factors integration (discursive-textual, cognitive, social, cultural, situational), in view of this research, prioritize an approach that considers the integration among referentiation strategies and descriptive analysis of this genus. We selected fifteen (15) editorial in 184 bank / sample. In consideration of analysis, we described as the reconstruction of the most frequente objects speech on the text surface is confirmed by the recurrence of contextual and / or inferential mechanisms in argumentative orientation the genus in study. The theoretical and methodological support adopted develops from the theoretical apparatus of Textual Linguistics, nowadays based on the referentiation process, based on authors such as Mondada and Dubois (2003), Conte (2003), Marcuschi (2008, 2009 ), Koch (2004), Cavalcante (2011), and Lima Cavalcante (2015), Ciulla (2008), Koch and Cortez (2015) and others. The results show that encapsulation constitutes an important benchmark strategy that contributes directly to the textual progression and topical organization. In this way, we verify that this strategy not only has the function of connecting topics, but also constitutes an instrument establishing assessments, and may also lead to text argumentative orientation.

**Keywords:** Editorial Genus. referentiation strategies. Anaphoric encapsulation. Referents recategorisation.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>CAPÍTULO 1</b>	
REFLEXÕES EM TORNO DO GÊNERO EDITORIAL.....	16
1.1 O jornalismo opinativo no Brasil.....	19
1.2 O gênero editorial jornalístico: persuadindo o leitor acerca da verdade.....	22
<b>CAPÍTULO 2</b>	
TEXTO, REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO.....	27
2.1 Revisitando a concepção de texto no campo da Linguística Textual.....	27
2.2 Texto como espaço de interação.....	30
2.3 A Referenciação como ação discursiva.....	34
2.4 A relação entre o discurso argumentativo e os efeitos de sentido.....	40
<b>CAPÍTULO 3</b>	
PROCESSOS ANAFÓRICOS: REELABORAÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO .....	45
3.1 Anáforas correferenciais.....	46
3.2 Anáforas indiretas propriamente ditas.....	48
3.3 Anáforas encapsuladoras.....	50
<b>CAPÍTULO 4</b>	
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE	
4.1 Contextualização do jornal Folha de São Paulo.....	60
4.2 Procedimentos de coleta e composição do <i>corpus</i> .....	61
4.3 A operacionalização da análise dos dados coletados.....	62
4.4 As estratégias referenciais em funcionamento em editoriais jornalísticos.....	63
4.5 A Argumentação e processos referenciais anafóricos.....	70
4.6 O uso do encapsulamento anafórico no gênero editorial.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	96

## INTRODUÇÃO

A referenciação é, antes de tudo, um fenômeno textual-discursivo. Um termo que procura denotar o caráter dinâmico-interacional da linguagem, em que estão imbricados os propósitos sociocomunicativos dos interlocutores, de modo que os referentes passam a ser concebidos como *objetos de discurso* elaborados e reelaborados nas práticas sociodiscursivas.

Com o propósito de trabalhar sob perspectiva da referenciação, que se define pelos princípios da Linguística de Texto (doravante LT), na atualidade, como abordagem sociocognitiva discursiva dos processos referenciais, esta pesquisa se insere no campo analítico-descritivo sobre o estudo de texto e/ou discurso. Para tanto, analisamos as estratégias de construção e reconstrução referencial, no gênero editorial do jornal *Folha de São Paulo*, sobretudo, o encapsulamento anafórico, uma das estratégias da referenciação que se define como um fenômeno que, através dele, um novo referente discursivo é criado sob a base de uma informação dada, tornando-se, assim, o argumento de predicções posteriores, como também pode resultar na categorização de funções argumentativas na progressão textual. É, pois, uma estratégia dependente do contexto sociocognitivo, na medida em que, na base da informação dada, um novo referente discursivo é criado e se torna o argumento de predicções futuras. Dessa forma, torna-se um procedimento muito interessante para ser discutido nesta nossa pesquisa, com o propósito de jogar luz sobre um assunto ainda pouco explorado nas pesquisas linguísticas no Brasil.

Partimos do entendimento de que a referenciação diz respeito à relação que se processa entre a superfície do texto e o extralinguístico no contexto situacional em que ele é produzido e interpretado (MONDADA E DUBOIS, 2003). Dentro dessa perspectiva, destaca-se a questão ligada à substituição da noção de referência pela referenciação, de modo que, para as autoras, os objetos do mundo a que o discurso faz referência são considerados *objetos de discurso* que se constroem e se reconstroem no processo discursivo. Nota-se, então, que não se trata apenas de um ato de designação do mundo, mas de uma (re)elaboração dinâmica deste mundo através de práticas sociodiscursivas construídas na interação texto-coenunciadores (ou texto-sujeitos) e não algo que preexistia a essa interação. Tudo isso só faz comprovar que a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos os quais intervêm e mobilizam seus saberes, e modelos de mundo.

Nesse sentido, será relevante analisar alguns modos de construção do *objeto de discurso* em editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, pelo fato de que a escolha da anáfora encapsuladora influencia na constituição desse gênero, à medida que exige um significativo esforço cognitivo maior do que qualquer outra ocorrência anafórica, além de que, como consequência, os leitores se utilizam de diferentes conhecimentos, quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, para compreender melhor tal processo. Além disso, responder alguns questionamentos concernentes aos processos de referenciação anafóricos, tendo como aparato teórico a Linguística Textual (doravante LT) na atualidade. Para tanto, foram suscitados os seguintes problemas: (1) de que modo ocorre a referenciação anafórica em editoriais? (2) como encapsulamentos anafóricos influenciam e contribuem na/ para a construção opinativa/ argumentativa do gênero em questão? (3) o que caracteriza o gênero editorial? (4) de que forma esse gênero se apresenta no domínio discursivo jornalístico?

A fim de responder às questões suscitadas, fundamentamo-nos numa base teórica de estudos que concebem a referenciação como processo dinâmico em que há uma negociação dos sujeitos compartilhada na visão dos seguintes autores: Mondada e Dubois (2003), Conte (2003), Marcuschi (2008, 2009), Cavalcante (2011, 2012), Koch (2004, 2014), Koch e Cortez (2015), Lima e Cavalcante (2015), Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), dentre outros. Podemos, assim, dizer que a motivação para o presente estudo se deu, especialmente, a partir dos estudos desses pesquisadores.

Portanto, a escolha deste tema justifica-se pela nossa participação, durante a graduação, no grupo de estudo sobre a LT que, em suas reuniões, discutiam-se, além de outras temáticas, os processos de referenciação na dinamicidade do texto. A partir dessas discussões e análises de textos, nasceu, em mim, a curiosidade de pesquisar como as estratégias referenciais, sobretudo as anáforas encapsuladoras, são utilizadas no gênero editorial jornalístico, e como contribuem para a orientação opinativa/ argumentativa presente em tal gênero. Para iniciar nossa investigação, buscamos trabalhos que têm como objetivo de estudo estratégias de referenciação, além de pesquisas que abordam o gênero editorial, tendo como base teórico-metodológica os princípios da Linguística Textual, na atualidade.

Quanto a interesses em analisar tal gênero, justifica-se por sua função de relevância social direcionada a tratar e avaliar fatos/ acontecimentos que envolvem questões sociais, mostrando o ponto de vista de um grupo institucionalizado pelo jornal. Nesse contexto,

vale destacar que a opção pelo jornal *Folha de São Paulo* atribui-se por conta de sua amplitude dentro dos meios de comunicação e de intensa circulação nacional.

Além dos autores mencionados, acrescentamos, aqui, a pesquisa de Morais (2012) que analisa mecanismos de referencialidade anafóricos do gênero relato esportivo; a tese de Ciulla (2008), intitulada “*Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*”, que apresenta como proposta o estabelecimento de critérios que permitem uma visão ampliada dos processos referenciais a qual não só revela funções, mas também leva em consideração a mutabilidade do processo de construção referencial; o estudo de Silva (2004) analisa a frequência de expressões referenciais e instaura uma avaliação no gênero notícia, dentre outros.

Pesquisamos, também, trabalhos que tratam do gênero editorial, a fim de compreender melhor as especificidades desse gênero. Para tanto, contamos com os trabalhos pioneiros de Melo ([1985] 2003), que trata sobre a classificação dos gêneros em informativos e opinativos, situando o editorial entre os gêneros marcadamente opinativos, em que se faz presente a opinião da instituição jornalística. Além desse trabalho, utilizamos outras pesquisas que, também têm como objeto de estudo esse tipo de gênero, como: a pesquisa de Santos (2008) que trata sobre o uso de expressões nominais referenciais como marcadores cognitivos de parágrafos e organizadores da macroestrutura textual de editoriais de jornal, analisando o modo como as expressões referenciais contribuem para a paragrafação nesse gênero; o estudo de Marchesani (2008) que apresenta como proposta um estudo comparativo dos gêneros editorial e artigos de opinião, no que concerne à organização e ao funcionamento da argumentação nos dois gêneros; o trabalho de Sabaini (2012) que versa sobre os processos referenciais em textos argumentativos, evidenciando o papel determinante da referenciação no processo argumentativo de textos extraídos da mídia impressa; contamos, ainda, de forma breve, com a pesquisa de Pinto (2010) que procura subsídios teóricos para descrever a argumentação numa dupla face – uma face social e outra textual, tendo como objeto de análise os seguintes gêneros persuasivos: a petição, o outdoor político e o editorial de jornal, dentro de uma perspectiva teórica da linguística dos gêneros.

A partir da argumentação que caracteriza significativamente o gênero em questão, fez-se necessário e relevante o contato com os teóricos Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), com o tratado da Nova Retórica, de modo especial a questão do acordo que se estabelece com o auditório, que nos possibilitou investigar como os processos referenciais

anafóricos contribuem para que ocorra a adesão do auditório, no caso específico do leitor, ao argumento explicitado pelo produtor/editorialista. Desse modo, pudemos estabelecer relações significativas desses processos referenciais com a argumentação/opinião, tendo em vista o funcionamento das anáforas no editorial.

Para tanto, consideramos a hipótese de que há no gênero editorial uma presença significativa de processos referenciais anafóricos, em especial, o encapsulamento anafórico, mobilizando, assim, diferentes tipos de conhecimentos armazenados na memória dos interlocutores/ leitores. Diante dessas considerações, dizemos que há em tal gênero um número significativo de uso dessa anáfora, tendo um forte apelo ao contexto sociocognitivo que é fator determinante para a compreensão/ interpretação do gênero em análise.

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, adotamos, neste estudo, a concepção de língua e texto sob uma perspectiva sociocognitivo-interacional, na qual, levamos em consideração os processos referenciais como responsáveis pela construção de sentidos e pela progressão textual do gênero editorial, atrelado a construção opinativa característica desse gênero.

O objetivo geral deste trabalho consiste em verificar como o processo de encapsulamento é utilizado no gênero editorial para reelaborar os objetos de discurso, tendo em vista a sua contribuição para a progressão temática do texto e para orientação argumentativa presente nesse gênero.

Os objetivos específicos visam:

- (1) identificar os processos anafóricos mais utilizados no gênero editorial, tendo em vista a contribuição desses processos na progressão textual;
- (2) demonstrar o modo como as anáforas encapsuladoras, sob uma visão sociocognitivo-interacional, contribuem para a construção dos sentidos desses gêneros;
- (3) verificar como, no gênero editorial, a ocorrência da anáfora encapsuladora influencia na orientação argumentativa/ opinativa desse gênero;
- (4) analisar o encapsulamento anafórico, mostrando o quanto ele é relevante, importante, na continuidade temática e referencial no gênero em estudo.

Ressaltamos que esta pesquisa busca contribuir não só para o ensino da educação básica, sobretudo, nas produções textuais direcionadas às redações do ENEM, mas também com o ensino superior nos estudos dos gêneros acadêmicos, explanados na disciplina de

“Produção e Recepção de Textos II”. Além disso, pretendemos contribuir, de forma significativa, com os estudos dos profissionais de jornalismo e da referenciação, especialmente, os processos referenciais anafóricos, buscando relacionar as formas de referenciação ao gênero editorial no qual esses processos são mais recorrentes. Nesta pesquisa, levando em consideração o tratamento analítico dos dados, observamos o modo como as estratégias referenciais se apresentam no gênero editorial, bem como os seus papéis textual-discursivos e a influência desses processos na opinião marcada no gênero em questão.

A partir dessa análise, podemos perceber como as anáforas encapsuladoras estão presentes em editoriais do jornal, em questão, e como os seus papéis textual-discursivos e a influência desses processos na construção opinativa são marcados nesse gênero. Além disso, observamos os tipos de processo referencial mais utilizado pelo produtor/editorialista. Inicialmente, observaremos os tipos de processos anafóricos presentes no *corpus*, assim como os conhecimentos mais envolvidos na construção dos objetos de discurso.

No primeiro capítulo, discutimos sobre os aspectos teóricos em torno dos gêneros textuais. Para tanto, explicitamos um breve percurso sobre os gêneros, tendo como suporte teórico os estudos bakhtinianos. Em seguida, tratamos sobre o jornalismo opinativo no Brasil, partindo dos estudos pioneiros de Melo ([1985], 2003). Ainda nesse capítulo, tratamos do editorial jornalístico, partindo do entendimento de sua macroestrutura como um texto predominantemente argumentativo.

No segundo capítulo, explanamos estudos em torno das diferentes fases da Linguística Textual, destacando-se a concepção de texto adotada nessa pesquisa. Além disso, discutimos sobre os estudos direcionados à argumentação, destacando a questão do acordo e do auditório explicitado nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e sobre algumas pontuações feitas por Koch (2011b) a respeito da questão da argumentação.

No terceiro capítulo, discutimos, também, os processos anafóricos a partir da construção da referência. Para tanto, inicialmente, tratamos de forma breve sobre as anáforas correferenciais e anáforas indiretas propriamente ditas, em seguida tratamos sobre o encapsulamento anafórico, destacando a classificação de Cavalcante (2011) adotada nessa pesquisa e pontuando aspectos desse processo referencial de significativa relevância para a construção de nossa análise.

Já o quarto capítulo inicia a análise propriamente dita, começando em um primeiro momento com a explicitação dos procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa. Para isso, apresentamos as seguintes etapas: a contextualização do Jornal *Folha de São Paulo*; os procedimentos de composição do *corpus* e a operacionalização da análise dos dados coletados. Em seguida, focalizamos o uso das estratégias referenciais nos editoriais jornalísticos; a argumentação e processos referenciais anafóricos e o uso do encapsulamento anafórico no gênero editorial.

Nas considerações finais, organizamos os resultados e os discutimos, observando a pertinência da hipótese e dos objetivos estabelecidos. Vale ressaltar que esta pesquisa pretende colaborar para os estudos sobre os processos referenciais anafóricos, especialmente, o encapsulamento anafórico, buscando relacionar as formas de referência ao gênero editorial no qual esses processos são mais recorrentes.

## **CAPÍTULO 1 – REFLEXÕES EM TORNO DO GÊNERO EDITORIAL**

Neste capítulo, buscamos, inicialmente, discutir aspectos teóricos em torno dos gêneros textuais, cuja finalidade reside no fato de subsidiar a análise acerca dos editoriais jornalísticos, tendo em vista a proposta da análise do nosso objeto de estudo em questão.

Para tanto, destacamos que o processo teórico construído apresenta relação direta com o entendimento da língua em uso, dentro da prática social, e não numa concepção de língua enquanto estrutura fechada.

Privilegiamos, nesta pesquisa, discutir estudos teóricos que concebem a dimensão sociointeracionista da linguagem, tendo em vista a questão de não haver separação do linguístico e do extralinguístico enquanto construtores de sentido. Assim, dizemos que o presente trabalho apresenta como fonte de interesse o campo dos estudos do texto/discurso, sobretudo, aqueles que abordam a construção e interpretação do gênero, tendo em vista a sua funcionalidade.

De acordo com Santos (2008, p. 32), ao falar ou mesmo escrever, pode-se dizer que o sujeito age verbalmente, segundo as circunstâncias situacionais e as especificidades da interação comunicativa, dito que há diversas formas de organização composicional, de estilo e de conteúdo temático, que precisam ser levadas em conta para que haja eficácia na produção do texto e na construção dos seus sentidos.

Destacam-se os estudos sobre os gêneros discursivos na concepção de Bakhtin ([1997] 2003) que os compreende como práticas sociais de atividades específicas da linguagem humana. Ele considera que todos os múltiplos campos que constituem a atividade humana estão diretamente ligados ao uso da linguagem. Dessa forma, o emprego da língua ocorre em forma de enunciados (sejam orais ou escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana.

Bakhtin (2003, p. 261) afirma que esses enunciados refletem as condições específicas, bem como as finalidades de cada campo não só através do seu conteúdo (temático) e estilo de linguagem, mas acima de tudo, por meio de sua construção composicional. Define gênero discursivo, apresentando sua relação com a atividade humana. É o que se percebe pela concepção seguinte:

todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e



são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003, p. 262).

O autor chama a atenção para a riqueza e diversidade dos gêneros do discurso, tendo em vista que são considerados infinitos, pois são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana. Para Bakhtin (2003), falar de gêneros é destacar, sobretudo, o fato de serem relativamente fluídos e diversos, diante da variabilidade e da amplitude dinâmica das atividades de linguagem. Ele destaca ainda que os gêneros se constituem das atividades humanas, as quais estão envolvidas com aspectos ideológicos culturais, linguísticos, interacionais dentre outros.

Nessa perspectiva teórica, os gêneros apresentam a possibilidade de serem abordados/estudados sob três aspectos: a forma composicional, o estilo, ou seja, a escolha dos recursos e o conteúdo temático que diz respeito à escolha de temas, os quais se caracterizam de forma diferente, de acordo com as especificidades das práticas comunicativas. Vale mencionar que estudos bakhtinianos oferecem suporte teórico às pesquisas que apresentam como foco de estudo os gêneros do discurso. Desse modo, essa teoria apresenta ampliação da noção aristotélica de gêneros, estabelecendo uma divisão entre dois gêneros discursivos: os primários e os secundários.

Bakhtin (2003, p. 263) aponta dois tipos: os gêneros discursivos *primários* que são considerados simples, ao passo que os *secundários* são vistos como complexos. Estes surgem dentro de condições de um convívio cultural caracterizado como mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado – predominantemente o escrito – artístico, científico e sociopolítico. Aqueles se constituem em circunstâncias de comunicação verbal, são considerados espontâneos, a exemplo da conversação oral (BAKHTIN, 2003). Nessa visão os gêneros são concebidos como representações de práticas discursivas concretas e reais.

Os gêneros são concebidos como fenômenos situados num determinado contexto e construídos na interação, haja vista sua compreensão a partir de sua natureza sócio-histórica. Para tanto, Bakhtin (2003) estabeleceu a relação indissociável entre gênero de discurso e a respectiva esfera da atividade humana em que é produzido. Com isso, destaca-se que “o estudo da natureza do enunciado e da diversidade de forma do gênero dos enunciados nos diversos campos das atividades humanas é de enorme importância para

quase todos os campos da linguística e da filologia” (BAKHTIN, 2003, p. 264). Este entende que em uma determinada situação linguística, os sujeitos interagem na e pela língua, produzindo a partir de práticas distintas, textos e enunciados constituintes de esfera comunicativa que se caracterizam como formas, relativamente, estáveis, ou seja, como gêneros do discurso. Com isso, o autor pontua que essas formas são marcadas tendo em vista contextos históricos e sociais que fazem parte de uma determinada esfera da atividade humana.

Dessa forma, para que se entenda a conceituação de gênero discursivo proposta por Bakhtin (2003), faz-se necessário conceber o uso da língua como sendo um processo constituído de variadas, múltiplas e heterogêneas maneiras de utilização possível, destacando-se o fato de que é, fundamentalmente, marcada pelas especificidades que cada atividade possui. Por isso é que se diz que os enunciados linguísticos se realizam de diferentes formas. Nesse entorno, percebe-se a relevância de destacar que essa característica tratada pelo autor como “relativamente estável” está atrelada a compreensão de enxergar o gênero sob a ótica de ser possível de modificação e, conseqüentemente, flexibilidade.

O gênero é visto, portanto, como uma forma histórica e concreta que se faz presente em todas as manifestações discursivas, em outras palavras, o discurso concretiza-se, de fato, no modo de enunciados que são construídos em gêneros. Dessa forma, “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 268). Assim sendo, o enunciado se configura como a unidade concreta e real da comunicação discursiva, pertencente aos sujeitos discursivos. Há gêneros mais padronizados e estereotipados e outros considerados mais maleáveis, plásticos e criativos. Sendo assim, observa-se a capacidade de reestruturação que os gêneros possuem, a partir da habilidade de seus produtores.

Podemos, assim, ressaltar que a maior contribuição dos estudos bakhtinianos para o campo da linguística é a concepção de gêneros como uma forma de organização do evento enunciativo em “formas relativamente estáveis” as quais são necessárias ao processo estabelecido pela interação verbal (BAKHTIN, 2003).

Nessa direção, vale mencionar a visão sobre gêneros defendida por Pinto (2010) que pesquisa a argumentação em gêneros persuasivos. Para tanto, a autora procura observar a partir da análise de textos considerados empíricos, inseridos em diferentes

gêneros persuasivos, o sentido do *acto de argumentar*, tendo em vista uma dimensão social, pragmática, cognitiva e, evidentemente, discursivo-textual.

Pinto (2010, p. 152) pontua que “os gêneros são práticas sociodiscursivamente definidas com um caráter institucional relativo e certo grau de ritualização”. É importante ressaltar que os gêneros não podem ser concebidos enquanto modelos rígidos, mas sim como entidades marcadamente dinâmicas que sofrem interferências sociais, históricas e culturais.

### **1.1 O jornalismo opinativo no Brasil**

Ao tratar sobre jornalismo no Brasil, destacamos os estudos de Melo ([1985], 2003) e de Beltrão (1969 *apud* MELO, 2003), que se preocuparam detidamente com a classificação dos gêneros jornalísticos, apresentando como objetivo central a questão dos gêneros opinativos, procurando verificar o perfil que cada gênero assume no panorama do jornalismo brasileiro.

Para Melo (2003, p. 17), o jornalismo é visto como um processo social que se articula a partir da relação considerada periódica/oportuna estabelecida entre organizações formais (editoras) e coletividades (públicas receptoras), através de meio/canais de difusão (sejam eles jornais, revistas, radio, televisão, entre outros) que propiciam a transmissão de informações (recentes atualizadas), desde que haja interesse e expectativas universais, culturais ou ideológicas.

Partindo, pois, desse entendimento, observamos que para o autor, o jornalismo trata-se, então, de um processo caracterizado como contínuo, veloz e ágil, sendo determinado pelo momento atual.

Melo (2003, p. 24) chama a atenção para o fato de que o jornalismo caracterizado como autêntico, ou seja, aquele definido como processos regulares, contínuos e livres de informação a respeito de temas atuais e de opinião acerca da conjuntura, só surge com a ascensão da burguesia ao poder e a abolição da censura prévia. Para ele, nos momentos iniciais pode-se dizer que o jornalismo apresenta como característica principal a expressão de opiniões. No entanto, destaca que o jornalismo informativo se constitui como categoria hegemônica, no século XIX, no momento em que a imprensa norte-americana cresce seu ritmo produtivo, tornando-se industrializado e convertendo a informação atual em espécie de mercadoria.

Nesse sentido, revisando os estudos que tratam sobre o jornalismo, há uma discussão em torno da diferenciação existente entre as categorias jornalismo opinativo e jornalismo informativo. Nessa perspectiva, destacamos os estudos de Beltrão (1969), citado por Melo (2003), como um dos estudiosos brasileiros que demonstrou preocupação relevante em classificar os gêneros jornalísticos.

Dessa forma, Melo chama atenção para a contribuição desse autor no campo dos gêneros jornalísticos, por apresentar uma classificação pautada em três categorias: jornalismo informativo (notícia, reportagem, história de interesse humano, informação pela imagem; jornalismo interpretativo (reportagem em profundidade) e o jornalismo opinativo (editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião de leitor), (BELTRÃO (1969) *apud* MELO (2003, p. 59-60). Ele, pois, apresenta uma classificação que sugere uma separação dos gêneros de acordo com as funções que desempenham junto ao público leitor, são elas: informar, explicar e orientar.

Melo (2003), tomando como base os estudos desse autor, apresenta uma proposta de classificação dos gêneros tendo em vista peculiaridades do jornalismo brasileiro, adotando, pois, duas categorias de interesse: a informação e a opinião. Desse modo, agrupa os gêneros jornalísticos em: jornalismo informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista) e jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta). Ele estrutura as diferenças entre os gêneros informativos e opinativos de acordo com a natureza que constitui cada categoria. Assim, nos de natureza opinativa, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis que são controladas pela instituição jornalística, já os de natureza informativa são estruturados por um universo de informações considerado externo à instituição jornalística.

O processo de seleção da informação a ser divulgada por meio dos veículos de comunicação jornalísticos se constitui como principal meio de que dispõe à instituição/empresa de expressar a sua opinião. Com isso, o autor afirma que é através da seleção que se aplica na prática a linha editorial, ou seja, a seleção se caracteriza como a ótica por meio da qual a instituição jornalística enxerga o mundo. Sendo assim, o autor postula que essa visão está diretamente ligada às decisões do que se decide publicar, em cada edição, ocorrendo o foco em determinados assuntos, em que se destacam determinados personagens e se omitem diversos outros.

Assim, não se deve esquecer de que dentro dos veículos jornalísticos há os chamados núcleos de poder que, segundo Melo (2003, p. 82), apresentam maior influência

quanto menor for a amplitude das fontes próprias do jornal, tendo em vista que será mais ampla a dependência das fontes externas, apresentando assim maior possibilidade de ter a sua linha editorial manipulada pelos núcleos de interesse, atuantes enquanto grupos de pressão social.

O autor citado chama a atenção para o fato de que a opinião institucional da empresa aparece oficialmente no editorial. Ele defende que o editorial “se caracteriza como gênero jornalístico em que há a opinião oficial expressa da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MELO, 2003, p.103). Vale destacar que o editorial configura-se como um lugar marcado por contradição, visto que apresenta um discurso constituído por articulações políticas, conciliando diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana.

Afirma que em tempo de capitalismo pode-se dizer que o editorial reflete não, efetivamente, a opinião dos seus proprietários/sócios, mas, explicita um chamado consenso das opiniões que advêm dos distintos núcleos que apresentam participação ativa da propriedade da organização. Além do grupo formado pelos acionistas majoritários, há ainda os financiadores que patrocinam a operação das empresas, bem como os anunciantes que também injetam capital para os cofres do jornal, por meio de compra de espaço.

Há, também, o aparelho burocrático do estado, que exerce significativa influência sobre o processo jornalístico. Embora os editoriais dirijam-se, efetivamente, a opinião pública, na verdade estabelecem uma relação de diálogo com o Estado. Para tanto, o autor defende a tese de que na imprensa brasileira a percepção do editorial está mais voltada ao trabalho de coação do estado, direcionado aos ramos empresariais e financeiros do que a percepção das reivindicações da coletividade.

Beltrão (1980) destaca quatro características do editorial: a impessoalidade, tratando-se da matéria que não apresenta assinatura marcada pela terceira pessoa do singular ou primeira pessoa do plural; a topicalidade, com tema bem definido; condensalidade, que explica poucas ideias enfatizando afirmações e, por fim a plasticidade (flexibilidade).

Marchesani (2008, p. 53) argumenta que os gêneros opinativos apresentam a opinião do autor, bem como a tomada de posição em relação aos fatos, procurando convencer o leitor de que a posição defendida se configura como sendo a mais adequada ou coerente. Para ela, pode-se entender que o “editorial é um texto que emite uma opinião,

a do jornal”. Assim sendo, se caracteriza como um dos diversos gêneros textuais que pode ser visto nos jornais, marcado pela explicitude da ótica opinativa da instituição.

Ainda segundo a autora, vale destacar que, ao pensar no discurso jornalístico, e no modo como a mídia influencia a construção social da realidade na qual vivemos, o discurso jornalístico se constitui como o grande responsável pela maior parte dessa influência, tendo em vista que é por meio, especialmente, de seu viés opinativo-informativo que o “jogo comunicativo entre produtor e leitor se estabelece”. Marchesani (2008, p. 52).

Vale também, destacar o posicionamento de Rebelo (1999, p. 39) em sinalizar que é certo que os jornalistas não apenas descrevem ou narram fatos e/ou eventos, mas também explicam e interpretam, apresentando, por sua vez, certo direcionamento da visão dos leitores. Para ela, dentro desse panorama nota-se que é bastante difícil ter-se numa determinada informação, somente à visão imparcial dos fatos.

Corroborando com a divisão classificatória feita por Melo (2003, p. 39) em jornalismo informativo e opinativo, para Rebelo (1999), embora as notícias ou as informações ocupem um determinado espaço no jornal e a seção destinada à opinião ocupe outro, é “muito difícil acreditar que as práticas sociais nas quais se inserem as instituições jornalísticas não interfiram de forma semelhante tanto na notícia como na opinião”. (REBELO, 1999, p.39). Com isso, a autora chama a atenção para o que se deve destacar ao ler um editorial, por exemplo, o fato de que o leitor terá ciência de que encontrará um texto que apresenta como característica principal a explicitação do pensamento da instituição jornalística. Já no caso das notícias que aparentemente não apresentam caráter opinativo, é sabido que ao observar diversos jornais, percebe-se que cada um apresentará enfoque distinto para o mesmo tema. Sendo assim, percebemos que o contexto, a cultura, a história, e as práticas sociais refletem sobre as atividades discursivas, ou melhor, sobre os textos que são veiculados pelos jornais.

## **1.2 O gênero editorial jornalístico: persuadindo o leitor acerca da verdade**

Parte-se do entendimento em que o editorial é concebido, do ponto de vista de sua macroestrutura, como um texto predominante argumentativo. Desse modo, há pesquisas na área de linguística como as de Rebelo (1999), Souza (2008) e Marchesani (2008), entre outros, que se voltam para estratégias linguísticas, bem como discursivas utilizadas pelo

editorialista a fim de alcançar êxito no que se refere à questão de persuadir o leitor acerca da verdade da opinião explicitada no gênero editorial.

No interior dessa abordagem, dizemos que o presente estudo apresenta como foco de análise um gênero que pertence ao domínio discursivo do jornalismo, o gênero editorial, sendo classificado como um gênero do jornalismo opinativo, segundo os estudos pioneiros de Melo (2003). Nesse sentido, ressaltamos que essa visão é corroborada pelo manual de redação da *Folha de São Paulo* (2005, p.114) quando conceitua o editorial como um gênero que “expressa a opinião do jornal”. Para tanto, o citado manual pontua que essa opinião é “expressa em editoriais não assinados, que são publicados na segunda página do jornal e, excepcionalmente, na primeira” (MANUAL DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. 114).

Os editoriais da *Folha* são referenciados na capa do jornal sob o título “opinião da folha”, de modo que se pode notar a questão de esse gênero ser marcado pela opinião institucional do jornal, que pode divergir e/ou discordar das posições dos artigos assinados. Conforme o manual “os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem” (MANUAL DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p.40). Com isso, é possível notar que os temas tratados nos editoriais, de modo geral, apresentam relação com as notícias tratadas no jornal, especialmente, com a aquela de maior destaque na semana, ou seja, na atualidade.

Souza (2006), no que se refere aos assuntos que são abordados nos editoriais, percebe que eles apresentam como característica a questão de serem vinculados aos acontecimentos sócio-históricos do momento, ou seja, aqueles que estão na ordem do dia, evidenciados naquele momento histórico, em uma dada comunidade, sejam municipais, regionais ou nacionais. A autora pontua a questão da não assinatura, considerada de significativa importância, não só para que possamos diferenciá-lo do artigo que caracteristicamente é sempre assinado, mas, especialmente, para explicitar o fato de esse gênero representar toda a instituição jornalística a qual pertence e não uma opinião individualizada.

Silva (1992, *apud* Souza (2006), argumenta que há fortes indícios de que os editoriais não podem ser lidos por um público muito amplo, na medida em que esses se constituem a partir de um trabalho sobre outras práticas discursivas. Para ela, isso quer dizer que os editoriais tratam sobre informações de distintas áreas do conhecimento, como por exemplo, economia, que no ponto de vista da autora não faz parte do domínio do

grande público leitor. Melo (2003) considera como a essência do jornalismo a informação, sendo compreendido o narrar dos fatos, seu julgamento racional, sua apreciação. O editorial julga, opina, mas também apresenta caráter informativo.

Com o passar do tempo, o editorial sofreu diversas modificações, dentre elas: a questão do caráter artesanal e aquela ligada à roupagem política marcada da imprensa na primeira metade do século XIX; a utilização da primeira pessoa do plural empregada em texto do século XIX e da terceira pessoa do singular nos textos atuais e, também, a localização definida e veemência da linguagem (SOUZA, 2006). De modo que, em consideração ao surgimento do editorial, ou o momento após as transformações sofridas, compete ao gênero editorial o papel de suscitar no leitor a meditação sobre os fatos, não se limitando, a interação sobre as notícias.

Desse modo, vale destacar que, caracterizado como um elemento visto como formal e constitutivo do editorial, a localização, ou seja, o espaço que este ocupa no jornal funciona como um enquadre interpretativo que auxilia o leitor na construção do sentido do texto (GOMES, 2005 citado por Souza, 2006). A partir dessas considerações, percebemos que no *Jornal Folha de São Paulo*, objeto de nossa pesquisa, na versão impressa, o editorial ocupa o espaço na segunda folha, conforme descrito no manual. Ao passo que o jornal na versão *online* apresenta uma nova disposição, em que o leitor se depara com uma série de *links*, estando o editorial no *link* denominado como opinião.

Com isso, destacamos, também, o fato de que na versão *online* há um espaço no jornal abaixo do editorial reservado aos comentários do leitor, ao passo que no jornal impresso não há essa participação do leitor em relação à opinião do jornal.

Nesse contexto, Souza (2006) pontua que o editorialista se constitui como um argumentador, o qual organiza seu texto de modo que possa influenciar o leitor, convencendo-o e, até mesmo, fazendo-o pensar ou agir tendo em vista um determinado caminho direcionado pelo editorialista. A autora afirma que o leitor espera a manifestação do jornal acerca de um fato/acometimento de repercussão social no momento, de modo que possa refletir nas posições defendidas no editorial, ou aderir a elas.

Corroborando com essa visão, Rebelo (1999) argumenta que a estruturação do gênero editorial é organizada a partir de argumentos que objetivam interferir no modo como as pessoas agem. Com isso, podemos pensar na questão de esse gênero apresentar como propósito comunicativo a adesão do leitor ao ponto de vista/opinião explicitado pela instituição jornalística.



Vale destacar que o editorial configura-se como um espaço marcado por contradições. Apenas nas pequenas empresas jornalísticas, a opinião explicitada nesse gênero ainda representa o pensamento dos seus respectivos proprietários. Com isso, o fato de que, nas sociedades capitalistas, o editorial reflete/explicita não exatamente a visão opinativa dos respectivos proprietários, mas sim o consenso das opiniões dos diferentes núcleos que constituem a organização. Desse modo, observa-se que no caso específico do *Jornal Folha de São Paulo*, não temos a explicitude de uma opinião, mas sim de um consenso, tendo em vista que essa instituição é formada por um determinado grupo de proprietários somados aos financiadores patrocinadores/ acionistas que subsidiam as operações da empresa.

Rebelo (1999) pontua que o editorial pode ser visto enquanto texto em que o editorialista/ escritor apresenta a função de argumentar, porque a organização estrutural argumentativa de seu texto tem como objetivo a intenção de persuadir o leitor. Assim sendo, têm-se como participantes desse ato linguístico

O autor do editorial e os leitores que interagem num dado momento que reflete os fatores sociais e históricos da sociedade. A comunicação que se estabelece entre tais participantes obedece a um contrato em que o leitor espera que o editorialista manifeste a opinião da instituição sobre um fato de certa repercussão social no momento (REBELO, 1999, p 41).

Santos (2008, p. 41) ressalta que o conteúdo explicitado nos editoriais pode ser definido a partir de reuniões entre os editorialistas/ escritores, o editor, o diretor e/ou dono do jornal que juntos analisam e discorrem sobre fatos noticiados, os quais serão objeto de discussão nos editoriais, de modo que seja nestes expresso a opinião da instituição jornalística. Santos e Cavalcante (2001), citados por Santos (2008), defendem uma forma fixa para os editoriais constituída de: um título que pode resumir o conteúdo do texto ou funcionar como meio atrativo de chamar a atenção do leitor; uma notícia que trata das informações sobre assuntos gerais nacionais ou internacionais, comumente sobre política e economia; por fim, uma opinião que reflete o posicionamento do jornal.

Dentro da perspectiva dos estudos sobre o gênero editorial, destacamos a visão defendida por Pinto (2010, p. 389) que concebe o editorial como “um discurso de opinião assinado por um dos membros da equipe diretiva do jornal e mostra o ponto de vista institucional (de determinado veículo) acerca dos fatos sociais e políticos da atualidade”. O editorial trabalhado por essa autora é constituinte do jornal português, que apresenta uma

peculiaridade em relação ao editorial de jornal no Brasil. Aqui, no nosso país, um fator distintivo do gênero editorial é a ausência de assinatura, ao passo que em Portugal uma das características do editorial jornalístico é a presença de assinatura. No entanto, é possível notar que a questão central do gênero mostrar a opinião institucional perfaz uma característica inerente do gênero presente tanto no jornal do Brasil quanto em Portugal.

Pinto (2010) salienta a questão relacionada à importância da forma de apresentação não só do editorial, como também de outros gêneros constituintes da mídia. A autora destaca que não se pode deixar de salientar essa *roupagem*, ou seja, a sua forma apresentada oferece significativa variação em função da linha editorial do próprio veículo, bem como das representações do público a que se destina. Assim, para ela, dentro da imprensa escrita, especialmente no editorial, não se deve deixar de levar em consideração dois aspectos fundamentais: “o posicionamento do texto na página ou topografia e a apresentação gráfica do texto ou tipografia” (PINTO, 2010, p. 390).

Desse modo, especificamente no caso do editorial do Jornal *Folha de São Paulo*, é interessante pensar nas distintas formas de apresentação, tendo em vista as diferentes versões (impressa e *online*), de modo que, na versão impressa, atende a um determinado padrão considerado mais tradicional/ clássico, ao passo que na versão *online* atende aos objetivos de uma leitura não linear, com a possibilidade de um leitor mais ativo, sobretudo, por causa de um espaço disponibilizado pelo jornal, apenas nessa versão, para que o leitor apresente seu ponto de vista acerca do referente central que norteia a construção do editorial. Apresentamos, a seguir, questões que dizem respeito, em um primeiro momento, à concepção de texto a partir dos estudos da Linguística Textual, sobretudo, nas perspectivas sociocognitiva e interacional. Em seguida, focalizamos duas teorias de análise: a referenciação e a argumentação.

## **CAPÍTULO 2 – TEXTO, REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO**

Neste capítulo, explanamos estudos em torno das diferentes fases da Linguística Textual, destacando-se a concepção de texto adotada nessa pesquisa. Além disso, discutimos sobre os estudos direcionados à argumentação, destacando a questão do acordo e do auditório explicitado nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e algumas pontuações feita por Koch (2011b) sobre a questão da argumentação.

### **2.1 Revisitando a concepção de texto no campo da Linguística Textual**

De acordo com Fávero e Koch (2000, p.11), pode-se dizer que a LT se “constitui um novo ramo da linguística que começou a desenvolver-se na década de 60, na Europa, de modo especial na Alemanha”. Esse ramo da Linguística apresenta como objeto de investigação não mais a palavra ou a frase, e sim o texto, justamente, por serem os textos a maneira específica de manifestação da linguagem.

Para as autoras, a origem do termo Linguística Textual encontra-se em Coseriu (1955), no entanto, no sentido que lhe é atribuído atualmente, foi empregado pela primeira vez por Weinrich (1966, 1967). Este teórico alemão, citado por Fávero e Koch (2000), parece ter sido um dos primeiros, na década de 70, a fazer referência ao termo Linguística Textual, empregado no sentido que conhecemos hoje. Ele postula ser toda a Linguística necessariamente Linguística de Texto.

Nessa direção, salientamos que Marcushi (2009, p.35) propõe que se veja a LT, mesmo que seja de maneira considerada provisória e genérica, como “o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais”.

Para ele, o tema abordado pela LT abrange a coesão que está relacionada ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações ao nível pragmático da elaboração de sentido no plano das ações e intenções. Assim, nota-se que a LT trata o texto como um ato de comunicação inserido num complexo universo de ações humanas.

Para Adam (2008), pode-se definir a LT como um subdomínio do campo mais amplo da análise das práticas discursivas. Para tanto, postula-se, simultaneamente, uma separação e uma complementação das tarefas e também dos objetos da Linguística Textual

e da análise do discurso. Ele chama a atenção para o fato de que a LT buscou seus modelos teóricos na *Textlinguistik* alemã dos anos 1960-1970 e na *Textpragmatik* dos anos 1980.

Nessa direção, segundo Conte (1977 citada por Fávero e Koch, 2000) há uma distinção de três momentos considerados fundamentais na passagem da teoria da frase à teoria de texto, enfatizando que não se trata de uma distinção cronológica, e sim tipológica. Desse modo, tem-se como primeiro momento, o da análise transfrástica, em que ocorre o processo de análise das regularidades que transcendem os limites do enunciado; o segundo é marcado pela construção das gramáticas textuais e no terceiro é que se dá a construção das teorias de texto.

Nesse contexto, partindo do que diz Koch (2004), podem-se observar as diferentes fases que perpassaram a LT, em que na primeira fase, metade da década de 60, houve uma concentração nos estudos das relações interfrasais e transfrasais, nela se deu enfoque às relações referenciais, especialmente, a correferência, considerada um dos principais fatores de coesão textual. Nesse momento, o texto seria simplesmente a unidade linguística mais alta superior à sentença.

O segundo momento é caracterizado pelas gramáticas textuais cuja finalidade emerge da reflexão acerca de fenômenos linguísticos que não eram explicáveis através de uma gramática do enunciado (FÁVERO; KOCH, 2000). Aqui, o texto é visto como uma unidade teórica formalmente constituída. O estudo tem como foco a análise do texto como sendo um objeto da Linguística e, assim sendo, era visto como algo pronto e acabado, tendo propriedades diretamente associadas ao sistema abstrato da língua. Dessa maneira, notamos que seus primeiros momentos se voltaram para a frase e o texto, sendo concebidos como algo que não abrigava a presença de elementos externos, de modo especial, o contexto e o leitor/escritor.

No terceiro momento, temos as teorias do texto, buscando compreender o significado do texto em seu contexto de uso. Assim, o campo de investigação se amplia do texto ao contexto, entendendo como condições externas ao texto: a produção, a recepção e a interpretação.

A partir desse momento, podem-se destacar conceitos de muita importância para o estudo da LT, como os de língua e os de texto. Com isso, salienta-se que a língua passa a ser entendida como um sistema em uso efetivo por falantes reais nos seus contextos comunicativos, ao passo que o texto é visto enquanto um processo e, desse modo, está em constante (re)construção por parte dos sujeitos participantes do processo de comunicação.

Em meados da década de 70, o estudo em LT ganha um novo dimensionamento: não se trata de estudar a língua como sistema autônomo, mas sim ver o seu funcionamento dentro das práticas comunicativas de uma sociedade concreta. Nessa fase, o texto deixa de ser visto como produto acabado e passa a ser visto como processo em construção.

Os estudos cognitivos é um ramo considerado recente da LT, década de 80. Com eles, o conhecimento, o sujeito e o mundo tornam-se indissociáveis diante dos estudos concernentes à linguagem e, por consequência, ao texto.

A partir daí, há uma nova orientação nos estudos do texto, tendo em vista o fato de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, partindo de uma concepção interacional (dialógica) da língua, o texto passa então a ser considerado o próprio lugar de interação. (KOCH, 2004).

Vale destacar que ao observarmos as diferentes fases/ momentos pelos quais atravessou a LT, nota-se que o desenvolvimento deste ramo da linguística vem girando em torno de diferentes concepções de texto durante sua trajetória, ocorrendo de forma gradativa em cada fase.

Pode-se dizer, então, que à época do surgimento da LT, os estudiosos estavam preocupados com a análise transfrástica e/ou a construção de gramática do texto, privilegiando o estudo da coesão. Em seguida, há uma ampliação do conceito de coerência, adotando-se uma perspectiva pragmático-enunciativa.

A partir da década de 90 até os dias atuais, os estudos da LT vêm dando ênfase aos mecanismos de organização global do texto, ligados a importantes questões de ordem sociocognitiva que abrangem temas como referenciação, inferenciação, acessamento ao conhecimento prévio etc. Por isso, se faz necessário dizermos que essa pesquisa situa-se neste último momento em que houve um crescente interesse dos estudiosos pelos processos de referenciação, levando em consideração as bases das atividades cognitivas, sociais, culturais e do entorno discursivo em que os falantes estão inseridos.

Partindo dessa breve reflexão sobre LT, pudemos perceber as diferentes concepções de texto adotadas, tendo em vista os objetivos de cada fase. Por isso, tivemos a preocupação de iniciarmos a pesquisa com essa breve reflexão, a fim de mostrarmos a crescente evolução dos estudos na LT, bem como situarmos o presente estudo dentro da perspectiva atual dessa linha teórica.

## 2.2 O texto como espaço de interação

O presente estudo apresenta uma proposta que une aspectos de ordem cognitiva, social e linguística, tendo em vista a construção de sentido do texto. Dessa forma, não podemos conceber uma análise pautada numa visão da materialidade linguística enquanto simples resultado de seleção lexical e sintática, mas como um lugar marcado por ações de sujeitos que “[...] constroem através de práticas discursivas e cognitivo social e culturalmente situados, visões públicas do mundo” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p.17). Concordamos com Koch (2011b) ao afirmar que o conceito de texto está diretamente atrelado às concepções de língua e de sujeito adotadas. Compartilhamos, também, com a sua visão ao dizer que a concepção interacional da língua na qual “os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser concebido como o próprio lugar de interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que- dialogicamente-, nele se constroem e são construídos” (KOCH, 2011b, p. 17).

Nesse direcionamento, percebemos que há espaço nos textos, para toda uma diversidade de implícitos que só serão detectáveis, recorrendo ao contexto sociocognitivo dos participantes do processo de interação. Na visão atual de língua, de sujeito, de texto, podemos dizer que a construção de sentidos do texto não está posta apenas no cotexto (superfície do texto), mas se realiza numa perspectiva de atividade interativa. Conforme Koch (2011b, p.17), “o sentido de um texto é, portanto, construído na interação texto-sujeitos (ou texto-co-enunciadores) e não algo que preexistia a essa interação”.

A questão concernente à coerência deixa de ser visualizada apenas como uma qualidade do texto, para ser vista como a maneira como os elementos presentes no cotexto estão associados aos aspectos do contexto sociocognitivo oriundos da interação que constitui um veículo de sentidos.

A partir dessa abordagem, torna-se possível um deslocamento em torno do olhar atribuído, fundamentalmente, ao aspecto formal linguístico para o efetivo funcionamento da língua em variados contextos, ocorrendo um direcionamento para análise linguística de texto/discurso tendo em vista a língua em uso atrelada aos sujeitos como participantes ativos no processo interacional.

Nessa perspectiva, Morais (2012, p. 18) afirma que “não há, então, como falar em uso significativo da língua fora das interações pessoais e sociais”. Para a autora, os estudos linguísticos com concepções atuais consideram a possibilidade de levar em conta a

ação conjunta de autor/leitor, visto que a leitura de um determinado texto não é, hoje, mais vista como mera decodificação de estrutura linguística. Dessa maneira, para ela, não podemos mais pensar em um leitor passivo, ou seja, aquele que somente recebe informações prontas, sobretudo, porque os estudos linguísticos recentes partem do entendimento de um leitor enquanto coautor do texto. Nessa direção, destaca-se o papel do leitor como construtor de sentido (KOCH; ELIAS, 2014, p. 13) em que faz uso de estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação. Para isso, as autoras chamam a atenção para o fato de que a leitura é uma atividade de construção de sentido em que está pressuposta a interação entre autor/ texto/ leitor. Daí, ser necessário que leve em consideração o fato de que nessa atividade, além de pistas que o texto oferece, entram em questão os conhecimentos do leitor que serão fatores determinantes no processo de compreensão/ interpretação do que está sendo lido.

Os sentidos não estão diretamente no texto, no leitor e nem no autor, mas se configuram como o resultado enquanto efeito das relações existentes entre eles. Nesse contexto, não há espaço para termos uma visão de texto enquanto produto acabado, apresentando elementos não estáveis, mas constituído de alta instabilidade em que o sentido vai sendo construído no curso de uma interação que está atrelada aos objetivos dos interlocutores e ao contexto sociocognitivo, influenciando diretamente sobre a organização do texto enquanto material linguístico e no modo de processamento.

Sob essa visão, vale a pena destacar a concepção de língua enquanto prática sociointerativa de base cognitiva e histórica (MARCUSCHI, 2008, p. 27). Para ele, “[...] a língua é uma forma de ação, ou seja, um trabalho que se desenvolve colaborativamente entre os indivíduos na sociedade”. Desse modo, o autor destaca ainda a noção de sujeito enquanto aquele que ocupa um lugar no discurso e que se determina na relação com o outro. Podemos notar que a construção de sentido surge conforme a percepção, os objetivos e a experiência de cada interlocutor.

A construção de sentido se dá através de uma interação existente entre texto, autor e leitor. Para tanto, observa-se que essa atividade não se caracteriza somente como decodificação do material linguístico, contudo, como um processo considerado ativo de construção e (re)construção de sentido, envolvendo aspectos linguísticos, cognitivos e sociais. No interior dessa discussão, entendemos que através dos textos são efetivados de modo concreto os elementos presentes no mundo que estão em volta dos interlocutores. Dessa maneira, ressaltamos que a língua, vista numa perspectiva atual dos estudos da LT,

se constitui como um lugar de interação, enquanto construção social, do mesmo modo que o texto.

Assim, notamos que de fato é na interação que se estabelecem os sentidos do texto, de modo que não há espaço para pensarmos em um leitor considerado passivo, tendo em vista que este tipo de leitor não é coerente com a atividade de leitura vista a partir de uma visão interacionista. Desse modo, conforme Moraes (2012, p. 20) a produção de sentidos “[...] decorre de acontecimentos sociais, visto que o ser humano se relaciona através de acontecimentos interativos, pois os enunciados são concretizados em situações contextualizadoras e não isoladas.”

Corroborando com essa visão, destacamos que, segundo Marcuschi (2008, p. 94), “Um texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte”. Para tanto, percebemos o papel ativo do leitor no processo de construção de sentido, de modo que não há como pensarmos no texto enquanto estrutura rígida e o leitor apenas como um decodificador de elementos linguísticos.

Para Marcuschi (2008), a produção e o entendimento de textos não é vista apenas como uma simples atividade de codificação e decodificação, mas sim como um complexo processo de sentido mediante atividades que são caracterizadas como inferenciais.

Dizemos, portanto, que o processamento textual, visto no âmbito da produção de um determinado texto ou mesmo da leitura deste, apresenta relação direta com a interação estabelecida entre os interlocutores que estejam conjuntamente envolvidos, de modo que há diversos conhecimentos mobilizados, tanto de ordem cognitiva, interacional, quanto cultural e textual- a fim de produzirem sentido. Além disso, destaca-se também o papel do contexto sociocognitivo que apresentará interferência nos sentidos produzidos a partir das distintas situações que o leitor se encontre.

Durante a atividade de leitura fica pressuposta a existência de mecanismos linguísticos que constituirão o texto, tendo em vista um contexto sociocognitivo, sendo organizado conforme os propósitos comunicativos do produtor/autor, levando em conta a participação de um leitor ativo.

Nesse contexto, vale mencionar que segundo Koch; Elias (2014) na atividade de leitura e também na produção de sentido são colocadas em ação diversas estratégias sociocognitivas, através das quais se realiza o processamento textual, em que são mobilizados distintos conhecimentos que já temos armazenados na memória. Para o



processamento textual, portanto, recorremos a três grandes conhecimentos: linguístico, enciclopédico e interacional.

O conhecimento linguístico diz respeito ao conhecimento gramatical e lexical, de modo que a partir dele podemos compreender a organização do material linguístico explicitado na superfície do texto. Já o conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo refere-se a conhecimentos ditos gerais sobre o mundo que está atrelado às experiências de cada falante bem como às vivências pessoais construídas ao longo do tempo as quais contribuem de forma significativa para a produção de sentidos e o conhecimento interacional que concerne às formas de interação através da linguagem, englobando os conhecimentos: ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural. (KOCH, ELIAS, 2014).

Vemos, então, que essas estratégias articulam os conhecimentos que já estão armazenados na memória de modo a garantir a interpretação de um texto, pois, ao passo que se vai realizando a atividade de leitura, o leitor vai recorrendo a distintos conhecimentos que atuam diretamente na construção de sentidos. Dentro dessa perspectiva, dizemos que se adota nesse estudo a visão defendida por Cavalcante (2011, p. 17) para quem

o texto não representa a materialidade do cotexto, nem é somente o conjunto de elementos que se organizam numa superfície material suportada pelo discurso; o texto é uma construção que cada um faz a partir da relação que se estabelece entre enunciador, sentido/referência e coenunciador, num dado contexto sociocultural. (CAVALCANTE, 2011, p. 17)

Em consonância com a autora, não se pode conceber o texto enquanto materialidade que leva ao discurso. Ao invés disso, se pensamos o texto como resultado de uma situação discursiva, verificamos que o texto é indissociável do discurso. A partir dessa ótica, entendemos o texto enquanto processo e não como produto acabado. Apresentamos, nos tópicos seguintes, uma discussão sobre os pressupostos teóricos da Referenciação e seus processos referenciais, focando nas funções discursivas do processo referencial anafórico.

### 2.3 A referenciação como ação discursiva

Inicialmente, destacamos que, segundo Mondada e Dubois (2003), o percurso do pensamento acerca da questão da referência foi baseado numa concepção em que a língua é vista como um sistema de etiquetas que se ajustam mais ou menos bem as coisas. Segundo as autoras, dentro dessa visão de como a língua refere-se ao mundo existe uma relação de correspondência, considerada dada e preexistente. Desse modo, pressupõe um mundo autônomo já discretizado em objetos ou entidades que existem independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele. As pesquisadoras ressaltam que ao invés de pressupor uma estabilidade estabelecida *a priori* das entidades no mundo e na língua, é possível reconsiderar esta questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias, por sua vez, cognitivas e linguísticas, bem como de seus processos de estabilização.

Partindo dessa visão, elas afirmam que o problema não é mais de se perguntar o modo como a informação é transmitida ou mesmo como os estados do mundo são representados de modo adequados, porém o fato deve ser o de se pensar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão sentido ao mundo. Daí, a passagem da referência à referenciação, questionando os processos de discretização e de estabilização.

À luz dessa abordagem tem-se uma visão dinâmica que leva em consideração não somente “o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). Elas mostram que a questão da referência pode ser revisitada em termos de *objetos de discurso* (Mondada, 1994) e de *categorização* (Dubois, 1995), citado por Mondada e Dubois (2003).

As autoras mostram que as categorias são geralmente instáveis, variáveis e flexíveis, partindo de uma análise em que as instabilidades são inerentes aos objetos de discurso e às práticas. Para tanto, essas práticas não são consideradas como algo que estabiliza uma ligação direta com o mundo, contudo como processos que são desenvolvidos em meio às interações individuais e sociais com o mundo.

Nesse sentido, Koch e Cortez (2015) pontuam que, conforme essa visão, as categorias não podem ser tratadas como estruturas invariáveis, ou seja, fixadas *a priori* e capazes de ‘realisticamente’ ou objetivamente agruparem o mundo, nem mesmo como protótipos ou formas ditas universalizantes, porém como criação, transformação, ou mesmo, como posições enunciativas que intervêm na estruturação do discurso e na elaboração de sua coerência.

Nesse quadro teórico, tem-se a posição defendida por Apothelózs e Reichler-Béguelin (1995), citada por Koch (2011b, p. 80), de que a referência “diz respeito, sobretudo, às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo, que é tributário dessa construção”. Percebemos como os processos de referenciação tornam possível a construção e reconstrução discursiva de referentes, na medida em que não se baseiam nos objetos do mundo, mas nos objetos de discurso construídos interativamente na prática discursiva.

Segundo Mondada e Dubois (2003) os objetos do mundo que o discurso faz referência são constituídos no processo discursivo, e não estabelecidos *a priori*. Dessa forma, eles se elaboram numa dinâmica discursiva e, assim, não figuram simplesmente uma remissão linguística. Para isso, elas defendem que:

[...] passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20)

Verificamos, assim, que os objetos de discurso não são confundidos com a realidade extralinguística, porém reconstroem a partir do próprio processo interacionista. Vale destacar que para Cavalcante (2012) a estratégia de construção de referentes no texto realizada através de expressões referenciais se constitui como um processo, ou seja, uma ação – por conta disso é que se pode dizer que a referenciação é a ação de referir. Com isso, ressaltamos que essa perspectiva da referenciação se enquadra nos estudos recentes dentro do panorama de estudos linguísticos que privilegiam a interação social, em que se concebe a referenciação enquanto ação.

Corroborando com essa visão, Morais (2012, p. 24) postula que pensar assim implica assumir que os objetos, sejam eles sociais ou físicos, são construídos de forma interativa e discursiva pelos participantes da atividade linguística. Diz-se, portanto, que tais objetos não são vistos como representações fiéis aos objetos do mundo, de modo que eles não pré-existem ao discurso, e sim são construídos dentro da atividade discursiva.

Nessa direção, partimos do entendimento de que a referenciação constitui-se numa atividade discursiva, implicando numa visão não-referencial de língua e de linguagem, posição compartilhada por Mondada e Dubois (2003) que defendem uma instabilidade das

relações existentes entre as palavras e as coisas. Assim, citadas por Koch (2011b), se posicionam:

não se entende aqui a referência o sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído, como simples representação extensional de referentes do mundo extramental: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas acima de tudo, pela forma como, sociognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural (KOCH, 2011b, p. 79)

Com base nesses pressupostos, alicerçamos essa pesquisa dentro da LT numa perspectiva em que a noção de referência, denotando certa estabilidade, passa para a de referenciação, que remete uma atividade dinâmica resultante da operação que realizamos quando designamos, representamos ou criamos uma situação discursiva que tenha propósito referencial. A partir dessa noção de referenciação, as entidades designadas são vistas como *objetos de discurso* (MONDADA, 1994) e não como objetos do mundo.

Admitimos, pois, que os objetos de discurso são fundamentalmente dinâmicos, ou seja, sendo uma vez introduzidos, eles podem ser modificados, desativados, recategorizados, reativados, transformados, construindo ou reconstruindo os sentidos no percurso da progressão textual.

Segundo Koch (2004, p. 61), a referenciação constitui-se em “uma atividade discursiva”, em que o sujeito, no momento do processo de interação verbal, opera sobre o material linguístico podendo escolhê-lo de forma significativa a fim de representar estados de coisas. A autora apresenta um ponto de vista em torno das formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual realizam-se por meio das escolhas do sujeito, a partir do objetivo comunicativo. Para tanto, destacamos que a interpretação de uma expressão referencial, seja ela nominal ou pronominal, não se encontra apenas na constatação de sua forma linguística no texto (seu antecedente) ou em um objeto do mundo, mas nas informações ativadas na memória discursiva.

Nesse contexto, vale mencionar as diferenças entre as categorias referir, remeter e retomar. Para Koch (2011b, p. 84), “a retomada implica remissão e referenciação; a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada e a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada”. Vale a pena ressaltar a afirmação defendida por Ciulla (2008, p. 23) de que “a construção dos objetos do discurso, isto é, a referência,

como resultado da fusão que emerge da ação dos falantes entre si e sobre os objetos do mundo, constituindo, assim, a dimensão discursiva sem a qual não é possível pensar a referenciação”.

Verificamos, a partir dessas considerações, que refletir sobre a referenciação é, sobretudo, pensar na dinamicidade em que os objetos de discurso não são estabelecidos *a priori*, tendo em vista que eles se elaboram e se reelaboram no processo de interação. Temos, assim, como base a noção de referenciação e de objetos de discurso inteiramente pragmático-discursiva defendida por Cavalcante (2011). A autora chama a atenção para o fato de que a realidade é submetida à reelaboração por parte dos sujeitos que estão envolvidos na interação, de modo que uma mesma realidade pode originar referentes distintos. Desse modo, entende-se referenciação como

o conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de elaborar as experiências vividas e percebidas, a partir da construção compartilhada dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s) (CAVALCANTE, 2012, p.113).

Concebemos, pois, a referenciação como atividade discursiva exercida pelos sujeitos sociais que atuam numa situação de interação em que praticam escolhas que estão atreladas ao seu projeto de dizer. Nessa direção, concordamos com Ciulla (2008, p. 9) quando afirma que “o processo de referenciação não pode ser visto apenas como um procedimento de acesso a informações”.

Percebemos, neste contexto, que a determinação referencial apresenta relação direta com elementos do cotexto, mas não necessariamente com retomada referencial. Conforme afirma Koch (2011b), o processo de referenciação se caracteriza como um caso geral de operações dos elementos designadores, tendo em vista que todos os casos de progressão referencial apresentam como base algum tipo de referenciação, não tendo importância se estes são os mesmos elementos a que se referem ou não. Nota-se, assim, que a determinação referencial ocorre como processamento da referência na relação estabelecida com os demais elementos presentes no cotexto.

Conhecer as estratégias de referenciação é, especialmente, compreender um processo de estruturação textual, considerada fundamental, de modo que o ato de referir é visto sempre como uma ação conjunta. Portanto, a referenciação é a atividade de construção e (re)construção de referentes depreendidos dentro do próprio texto/discurso

através do uso das expressões referenciais ou não, por intermédio das estratégias referenciais, ou seja, pelos processos de introdução, retomada e ancoragem de referentes em que o texto se desenvolve, articulando e adquirindo progressão textual.

Vale, ainda, destacar que, de acordo com Santos (2008, p. 50), “as estratégias de referenciação compreendem os fenômenos sociocognitivos, culturais e linguísticos que atuam na categorização da realidade sob o filtro das percepções humanas interativas”. Vejamos no exemplo abaixo, essa questão do referente textual.

- (1) São inquietantes os números da **dengue** em 2015. Até o dia 28 de março, registraram-se 460 mil casos da **moléstia viral** no Brasil; no mesmo período do ano passado, haviam sido computadas 135 mil notificações. **O surto** já causou 132 mortes, 29% a mais do que no primeiro trimestre de 2014.

Em São Paulo, o quadro é especialmente alarmante. O Estado concentra 56% das ocorrências, com 258 mil contaminações – um salto de 638% em relação às 35 mil do começo do ano passado.

**A incidência da doença** em território paulista (585 casos/100 mil habitantes) é a terceira maior do país – atrás de Acre e Goiás – e se enquadra nos critérios de epidemia da **Organização Mundial da Saúde**.

Apesar da magnitude do surto, as autoridades ainda falham em apresentar explicações satisfatórias. Sabe-se, por ora, que a existência de quatro tipos de dengue ajuda a decifrar parte do **problema**.

Complexa e não de todo compreendida, a dinâmica de circulação das variedades do **vírus** altera-se com alguma frequência. Isso ocorre pois quem é contaminado por um dos sorotipos torna-se imune a ele, mas não aos demais.

Com o tempo, esgotando-se a população suscetível a um certo tipo da dengue, este tende a desaparecer, sendo substituído por outro.

Neste ano, segundo levantamento do **Ministério da Saúde**, o sorotipo 1 foi detectado em 90% das amostras. Trata-se de distribuição nociva para os paulistas, já que, nas décadas de 1990 e 2000, enquanto São Paulo se manteve relativamente livre da dengue, essa variedade do vírus se disseminou pelo restante do Brasil.

Se nada pode ser feito para mudar esse quadro, dado que não existe vacina nem terapia para a doença, o trabalho de prevenção passa necessariamente pelo controle do mosquito transmissor, **o Aedes aegypti**, cujas larvas proliferam em água parada.

Como atestam as quatro cidades paulistas (Barra do Chapéu, Monteiro Lobato, Timburi e Torre de Pedra) que ficaram imunes à dengue nos últimos dez anos, o apoio

da população é fundamental – até porque 80% dos criadouros estão dentro das residências.

O engajamento dos moradores, entretanto, dificilmente ocorrerá na escala necessária sem constantes visitas de *agentes de saúde* e campanhas informativas dos poderes públicos, que ainda devem garantir um monitoramento intenso da circulação de mosquitos.

A receita decerto tem mais chances de sucesso em cidades pequenas, mas não deixa de ser uma inspiração para o restante do Estado (Ed01 – O avanço da dengue - *Folha de São Paulo*, Editorial, 2015/04/21).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/04/161936-o-avanco-da-dengue.shtml>).

Na elaboração desse texto (1), o autor menciona, entre outras, estas expressões referenciais: *a dengue, a moléstia viral, o surto, a incidência da doença, a Organização Mundial da Saúde, o vírus, o Aedes aegypti, agentes de saúde* que vão contribuir para a construção progressiva na dinâmica textual. É nesse processo de referenciação que o editorialista (re)elabora objetos de discurso ou referentes textuais ou entidades presentes na construção e reconstrução dos sentidos. Essas expressões ou formas linguísticas possuem informações importantes, opiniões, pontos de vista (*Complexa e não de todo compreendida, a dinâmica de circulação das variedades do vírus altera-se com alguma frequência. Isso ocorre, pois quem é contaminado por um dos sorotipos torna-se imune a ele, mas não aos demais*), acerca do tema em questão.

Para introduzir os referentes que contribuem para a construção dos sentidos, o autor/editorialista fez uso de formas linguísticas, presentes no cotexto, que apresentam contribuições significativas na progressão referencial do texto. Essas formas ou expressões referenciais interativamente selecionadas por ele, com vistas à concretização de sua proposta de sentido, constituem escolhas em função de um querer dizer, englobando não apenas as formas linguísticas, mas também as inferências que precisam ser feitas ao longo do texto. Essas inferências envolvem aspectos sociais, cognitivos e culturais os quais desempenham papel importante na elaboração de informações e na orientação argumentativa do texto, na medida em que o editorialista opera uma multiplicidade de pontos de vista, a fim de se posicionar diante dos fatos, das situações.

No tópico a seguir, abordaremos, de forma sucinta, sobre alguns aspectos da argumentação e efeitos de sentido construídos a partir da elaboração e reelaboração de *objetos de discurso*.

## **2.4 A relação entre o discurso argumentativo e os efeitos de sentido**

Trataremos de forma breve sobre alguns aspectos da argumentação, procurando desenvolver uma reflexão teórico-analítica sobre argumentação e referenciação, de modo a analisar a relação entre o discurso argumentativo e os efeitos de sentido construídos por *objetos de discurso* (referentes textuais).

Segundo Brait (2005), citada por Sabaini (2012), dentro das fronteiras do discurso jornalístico, a maioria dos leitores imagina que o discurso se constitui como sendo contribuições verdadeiras, de modo que seja visto como repercussão da realidade. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que não é isso que realmente acontece, tendo em vista que é retratado aquilo que se caracteriza como importante para a construção do texto. Desse modo, para que haja significação, tem que haver (re)construção. Podemos dizer então, que há em termos de qualquer discurso, nesse caso, do discurso do jornal a explicitação de determinados detalhes e a omissão de outros.

Dessa forma, entendemos que a veracidade dos fatos é vista como menos importante que o efeito de sentido adquirido. Nessa direção, se faz necessário destacar que a construção de qualquer texto sempre leva em consideração o outro/interlocutor, de modo que compromete o discurso desde a criação até o seu destino. Todavia, segundo Sabaini (2012, p. 13), há a possibilidade de mostrar que os textos apresentam uma tendência à persuasão e, também, à manipulação de um destinatário de modo a levá-lo à incorporação, de forma inconsciente, da opinião do enunciador.

Nessa direção, ao tratarmos de textos opinativos, de modo específico o editorial, o qual se constitui objeto de análise deste estudo, é necessário observar também a amplitude persuasiva do texto e a forma como o discurso argumentativo vai sendo construído em relação ao discurso do interlocutor/leitor. Conforme pontua Rebelo (1999, p. 4-5), “no espaço do jornal, a característica de ‘opinião’ é mais explícita nos editoriais, cuja intencionalidade está voltada para influenciar o pensar e interferir no devir dos leitores”.

Partindo de estudo tradicional a respeito da argumentação, compreendemos que a argumentatividade de um texto apresenta como base os fatos e valores descritos através da



linguagem. Dessa forma, esses fatos e valores serão, portanto, o alicerce no qual estará à argumentação. Segundo Koch (2011a, p.10), “o ato de argumentar é visto como ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas”. A autora ressalta que criamos enunciados de modo que a apreensão de nosso interlocutor consiga progredir em direção de determinadas conclusões. Por isso, a interação social através da língua caracteriza-se, especialmente, pela argumentatividade, destacando, assim, a questão da análise da linguagem em seu funcionamento concreto, em que o ato de enunciação é a base para a interpretação e compreensão do discurso.

Neste contexto, Koch (2011a, p.15) postula que “desta forma a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotado de intencionalidade, veiculada de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”. Daí, a autora chamar a atenção para o fato de que esta seria, por si só, um motivo suficientemente significativo para servir de justificativa para um estudo a respeito da argumentação.

Vemos, então, que o reconhecimento da argumentatividade, vista como particularidade essencial da interação social, presume que a utilização da língua pode ser a partir da escolha, bem como, do modo de organizar e de mobilizar as estratégias que atendam essa perspectiva. Koch (2011a, p.33) caracteriza como marcas linguísticas da argumentação que se estabelecem entre o texto e o evento que constitui a sua enunciação, os seguintes elementos:

- 1 – as pressuposição;
- 2 – as marcas das intenções, explícitos ou veladas, que o texto veicula;
- 3 – os modalizadores que revelam sua atitude perante o enunciado que produz (através de certos advérbios dos tempos e modo verbais, de expressão do tipo, “é claro”, “é provável”, “é certo” etc);
- 4 – os operadores argumentativos, responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva;
- 5 – as imagens recíprocas que se estabelecem entre os interlocutores e as máscaras por eles assumidas no jogo da representação ou, como diz Carlos Vogt, nas pequenas cenas dramáticas que constitui os atos de fala. (Koch, 2011<sup>a</sup>, p. 33)

Essa linguista destaca que esses elementos inscrevem-se no discurso por meio de marcas linguísticas, fazendo com que ele se apresente como um verdadeiro “retrato” da sua enunciação.

Vemos, então, que a argumentação se configurou como importante assunto para análise da Retórica no século passado. Os estudos da argumentação voltam a ganhar destaque com novos olhares com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), com o Tratado de Argumentação, denominado de Nova Retórica, apresentando como base os princípios da assistência e da concordância entre os participantes. Os trabalhos mais recentes sobre argumentação apresentam definições dos estudos da Retórica Clássica, como: a relação argumentação/ convencimento/ persuasão; de definição verossimilhança; a adequação do discurso a um determinado público, a função intelectual e prática da argumentação na sociedade.

Esses autores ressaltam que toda argumentação objetiva à adesão dos espíritos e, por esse motivo, pressupõe a existência de um contato intelectual. Destacam que é indispensável à argumentação a existência de uma linguagem em comum, tendo em vista uma técnica que proporciona a comunicação. Assim, eles afirmam que as premissas da argumentação não são consideradas evidentes, porém resultam de um acordo existente entre quem argumenta e o seu auditório.

Nessa direção, observamos a importância de adequação da argumentação ao auditório que se deseja influenciar ou persuadir, sendo esta relativa a esse auditório. Por isso, nos estudos da Nova Retórica, a questão de que/ para que um argumento se desenvolva se faz necessário, efetivamente, que aqueles a quem este se destina lhe preste alguma atenção. O conhecimento daqueles que pretendem conquistar é, portanto, condição prévia de qualquer argumentação. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Daí ser de suma importância a adaptação do orador em relação ao auditório. Os estudiosos da Nova Retórica assinalaram que o importante na argumentação não é de fato saber o que o orador caracteriza como verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem esse orador está se dirigindo.

A abordagem desses novos estudos da Retórica é muito importante para as discussões sobre a persuasão a convicção. Segundo os autores citados, para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, porque a convicção não passa da primeira fase que leva a ação. No entanto, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir. Para eles, há duas formas de adesão: a persuasão considerada quando o autor do discurso/orador apresenta apreensão com o resultado e com a ação, dirigindo-se, pois, a um auditório particular; e a convicção

ou convencimento direcionada para aquele que deveria obter a adesão de todo ser racional, ou seja, *auditório universal*.

Vê-se, assim, que para os autores citados a eficiência de um argumento, na maioria dos casos, está relacionada ao auditório, que é caracterizado como sendo o grupo daqueles que o orador deseja persuadir com a sua argumentação. Eles destacam a dificuldade de se determinar o auditório por critérios essencialmente materiais, o auditório de quem fala, chamando a atenção para o fato de que essa dificuldade é considerada maior quando se trata do auditório do escritor, visto que, na maioria das vezes, os leitores não podem ser determinados com exatidão. Assim, definem o auditório como sendo “o conjunto daquele que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAM; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 22). E, ainda acrescentam: “nossa tese é de que, de um lado, uma crença, uma vez estabelecida, sempre pode ser intensificada e de que, de outro, a argumentação depende do auditório” (PERELMAM; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 49).

A partir desse posicionamento, o orador, objetivando a argumentação, deve levar em conta todo o contexto do qual o auditório faça parte, iniciando pela sua natureza social e cultural. Para esses autores, a argumentação não se desenvolve no vazio, mas numa situação social e psicologicamente determinada. Ressaltam, ainda, que é por causa das relações que possui com as práticas sociodiscursivas que ela compromete praticamente os sujeitos que dela participam. Caso o orador não preste à devida atenção às circunstâncias sociais e cognitivas poderá obter como resultado argumentos desprovidos de objetivo e que não tenham sentido. Todo processo de argumentação presume um determinado tipo de tratado com o auditório, ou seja, algo que poderíamos chamar de acordo entre as partes, de modo que haja um conhecimento prévio do que irá ser enunciado. Com isso, decorre a razão de os autores destacarem a importância de o orador compartilhar os mesmos interesses de seu auditório, ou seja, aqueles em que o locutor deseja persuadir, buscando, por meio do discurso, aproximação e familiaridade.

Corroborando com os estudiosos citados, Pinto (2010, p. 47) defende que “o emprego da argumentação implica um não-uso de qualquer outra força material”. Segundo ela, com a ajuda de um discurso considerado persuasivo, o interlocutor poderá aderir a uma tese/opinião, utilizando de sua liberdade de julgamento, uma vez que aceitar uma discussão é correspondente a colocar-se no lugar do outro, sendo admitido o seu universo de crenças.

Para a autora, a argumentação não se limita a uma intenção, pois esta corresponde ao que ela pontua como sendo um processo e não a um produto. Com isso, a autora destaca que, enquanto processo, a argumentação pode ser depreendida dentro do universo textual, por meio de mecanismos argumentativos explícitos ou implícitos, os quais estão constantemente em interação entre si e com outros elementos considerados situacionais.

Percebemos, então, que o enunciador/orador deve procurar estabelecer uma proximidade com o seu auditório, observando atentamente não só as circunstâncias sociais e psicológicas de tal auditório, mas também a sua natureza, as quais irão norteá-lo quanto ao aspecto e ao alcance do processo argumentativo. Nesse contexto, vale destacar que há no mundo uma organização de valores que, da forma como são categorizados e classificados, qualifica os grupos sociais, construindo assim suas imagens, negativas ou positivas, segundo os valores contraídos e o comportamento estabelecido em relação a eles (SABAINI, 2012).

O enunciador que almeja persuadir tem a obrigação de conhecer de modo antecipado os reais valores do seu auditório. Dessa forma, o sucesso do uso de mecanismos referenciais e argumentos estão diretamente relacionados ao auditório que se tem e ao qual objetiva persuadir. Com isso, notamos que é em conformidade com auditório que o locutor disponibiliza os recursos da língua, como na utilização de estratégias referenciais que são usadas com a finalidade de conseguir atingir os objetivos pré-estabelecidos. No próximo capítulo, vamos discutir sobre um dos processos da referenciação – a estratégia anafórica que diz respeito a uma retomada ou continuidade referencial de um objeto de discurso (ou um referente) qualquer. Em seguida, direcionamos nossa discussão, de forma especial, para a anáfora chamada de encapsuladora – a que resume um conteúdo textual e envolve inferências na elaboração dos sentidos do texto.

### **CAPÍTULO 3 – PROCESSOS ANAFÓRICOS: REELABORAÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO**

O presente capítulo visa apresentar uma discussão, como já enunciado, sobre os processos anafóricos a partir da construção da referência. Para tanto, inicialmente, tratamos de forma breve sobre as anáforas correferenciais e anáforas indiretas propriamente ditas. Em seguida, tratamos sobre o encapsulamento anafórico, destacando a classificação de Cavalcante (2011) adotada nessa pesquisa e pontuando aspectos desse processo referencial de significativa relevância para a construção de nossa análise.

Inicialmente, diz-se que originalmente, o termo anáfora, nos tempos da retórica clássica, indicava a repetição de uma expressão, ou mesmo de um sintagma no início de uma frase. Com a evolução dos estudos, esse termo afastou-se consideravelmente da noção original, haja vista que nos estudos com visão mais ampla atual da anáfora está relacionada à designação de expressões, que no texto se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (de modo que haja retomada ou não), contribuindo significativamente para a continuidade tópica e referencial (MARCUSCHI, ([2001] 2013).

Nos estudos concernentes à concepção de anáfora, vemos algumas divergências relacionadas à conceituação desse processo referencial. Nesse sentido, há dois grupos de estudiosos que apresentam concepções distintas: um grupo que defende uma concepção considerada mais estreita da anáfora, defendido, especialmente por Kleiber (2001) citado por Cavalcante (2011), e outro composto por estudiosos que apresentam uma visão mais ampla do processo anafórico, como Apothéloz (1994), Mondada e Dubois (2003), Marcuschi ([2001] 2013), Cavalcante (2011), Koch (2011b).

Os estudos norteados a partir de uma visão considerada mais restrita da anáfora a concebem como um fenômeno que apresenta relação direta com a coesão textual, tendo como característica primordial a retomada de um elemento do texto por outro. Para tanto, parte do entendimento de que o termo anafórico se refere ao segmento antecedente explícito na superfície textual.

Nesses estudos, percebe-se que há uma prevalência de interesse para as investigações relacionadas às anáforas diretas, ou seja, aquelas que retomam referentes que já foram introduzidos previamente, estabelecendo uma relação de correferencialidade entre o elemento dito anafórico e o seu antecedente. Vejamos:

### 3.1 Anáforas correferenciais

Segundo Cavalcante (2012, p. 123) “A estratégia anafórica diz respeito à continuidade referencial, ou seja, à retomada de um referente por meio de novas expressões referenciais”. Dessa maneira, a autora chama a atenção para o fato de que quando as formas referenciais são utilizadas para retomar um mesmo referente têm-se as chamadas anáforas diretas ou correferenciais. Vejamos o exemplo:

- (2) No dia 24 de agosto, *a presidente Dilma Rousseff* (PT) mandou anunciar que reduziria *seu* ministério de 39 para 29 pastas, sem indicar quais deixariam de existir. Na mesma data, ouviu do vice-presidente Michel Temer (PMDB) que ele estava deixando a articulação política.

No dia 24 de setembro, *a presidente Dilma Rousseff* embarcou para os EUA sem concluir a prometida reforma administrativa. Na mesma data, viu o vice-presidente Michel Temer anunciar na televisão que o Brasil era "uma sociedade angustiada à espera de soluções". Ele, infere-se, não quer ser visto como parte do problema.

Em resumo, um mês foi perdido sem que *a presidente* conseguisse desatar o nó que manietava *seu governo*. Nem mesmo a ponta mais ao alcance das mãos –a mudança do ministério– *ela* consegue apanhar. E, carente de opções, pede socorro a quem *lhe* aperta o garrote.

No sombrio programa de TV levado ao ar pelo PMDB, um truque digital apresentou um mosaico de fotografias de correligionários que, numa espécie de fusão, dão lugar ao rosto de Temer, primeiro na linha sucessória de *Dilma*. A sugerida unidade do partido, porém, não é imune a desavenças internas.

Ao oferecer mais espaço na Esplanada a peemedebistas do baixo clero, *a presidente* obriga-se a lidar com uma miríade de desejos fisiológicos tão diversos quanto difíceis de saciar. Não chega a espantar, portanto, a delonga da reforma que, segundo as metas proclamadas de início, deveria tornar mais eficiente a gestão federal.

Na tentativa de impedir a formação de uma maioria suficiente para acolher um pedido de impeachment, *Dilma Rousseff* pode se ver constrangida a ceder 6 de 29 ministérios à sigla (que hoje comanda 5 de 39). Sem garantia alguma de sucesso, sublinhe-se.

Tenta-se contornar Temer e estabelecer ligação direta com o PMDB da Câmara, o que subordina o comando futuro de pastas bilionárias às miudezas do varejo político. No caso de maior monta, a bancada do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) almeja arrebatar do PT o Ministério da Saúde, que movimenta R\$ 110 bilhões anuais.

"Mais ocupação de cargos ou menos ocupação de cargos jamais vai resolver as divergências de base que existiam", agourou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que conhece bem os corredores da Casa e do partido.

*Dilma* tem diante de si dois objetivos de difícil conciliação: de um lado, aglutinar apoios, dentro e fora do Congresso, para fazer o ajuste fiscal; de outro, concentrar tempo e energia em uma negociação labiríntica destinada a salvar seu mandato. E não pode se dar ao luxo de perder mais um mês. (Ed02 – Labirinto Ministerial - *Folha de São Paulo*, Editorial, 26/09/201.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/09/1686852-labirinto-ministerial.shtm>)

As expressões “*a presidente*”, “*Dilma*” e os pronomes “*seu*” (em seu ministério e governo), “*ela*” e “*lhe*” retomam o objeto de discurso já introduzido “a presidente Dilma Rousseff”. Percebemos, portanto, a relação de correferencialidade estabelecida entre o termo anafórico e o seu antecedente (a presidente Dilma Rousseff). Nota-se que as expressões anafóricas diretas retomam/ reativam o mesmo referente já introduzido, estabelecendo uma relação de retomada (anáfora direta). É interessante destacar que para Koch (2012, p.37), a utilização das expressões nominais anafóricas opera a recategorização dos objetos de discurso, isto é, uma vez introduzidas no discurso, vão sendo (re)construídos de determinada forma, procurando atender aos propósitos comunicativos do escrevente.

No Ed02, a recategorização da expressão nominal “a presidente Dilma Rousseff” ocorre pelo uso de uma expressão referencial com retomada “*Dilma*” o que mostra a evidência de uma orientação argumentativa do autor, caracterizando-se como recategorização direta ou correferencial, tendo em vista que, segundo Cavalcante (2012), isso ocorre quando uma nova expressão represente de forma precisa um determinado referente que já fora construído no texto.

Nesse contexto, dizemos, pois, que partimos do entendimento da referenciação como atividade discursiva, promovida pelos sujeitos sociais que atuam em uma situação de interação, realizando escolhas, tendo em vista seu projeto de dizer. Para tanto, compartilhamos da defesa de Koch (2011b) quando afirma que, para a interpretação de uma expressão referencial anafórica, considera-se como maior importância a ativação de algum tipo de informação/ palavra ou expressão no cotexto. Vejamos a situação a seguir:

### 3.2 Anáforas indiretas propriamente ditas

Para Koch (2011b, p. 107) as anáforas indiretas apresentam como característica o “fato de não existir no co-texto um antecedente explícito, mas sim um elemento de relação (por vezes uma estrutura complexa), que se pode denominar âncora (cf. Schuwarz, 2000 apud Koch 2011b) e que é decisivo para a interpretação”. Desse modo, a autora destaca que esse processo anafórico trata-se de formas nominais que encontram em dependência interpretativa permitindo que seus referentes sejam ativados através de processos cognitivos inferenciais, possibilitando a mobilização de diversos tipos de conhecimento armazenados na memória dos interlocutores.

Com isso, percebe-se que o estudo das anáforas indiretas se caracteriza pelo fato de não existir um referente explícito no texto, porém este é inferível a partir de elementos nele explícitos, ou seja, verifica-se um termo anafórico que não apresenta antecedente literal explícito, mas que pode ser reconstruído/interpretado/ recuperado através do processo de inferência. Vejamos:

- (3) O fracasso da administração de Dilma Rousseff (PT) vai dos grandes números das finanças do governo à enorme desordem na gestão *dos projetos de infraestrutura* – entre os quais estão os de ferrovias, muitas faraônicas, outras frustradas, como se acaba de ver no caso da Oeste-Leste.

Tome-se *o trem-bala*, que ligaria São Paulo e Rio de Janeiro. A ideia fantástica, gestada no governo Lula, desde 2013 é moribunda, depois de desperdiçados milhões de reais em estudos e na criação de uma estatal de logística. Não houve interesse nesse plano sem projeto ou viabilidade, estimado pelo mercado em R\$ 50 bilhões.

Outra ideia fantástica, a da *ferrovia Bioceânica*, foi anunciada meses atrás. Integra outro grande plano de infraestrutura. Trata-se de um caminho de ferro que, depois de trilhar Goiás, Mato Grosso e Rondônia, atravessaria os Andes e chegaria ao Pacífico pela costa do Peru.

Seria um projeto de interesse chinês, mas criticado por empresas da região. Demandaria investimentos privados de R\$ 40 bilhões – estimativa feita no escuro, pois os estudos talvez fiquem prontos somente em meados de 2016.

Quanto às demais ferrovias constantes do plano de logística de Dilma 1, nada foi adiante.

No meio-tempo entre essas propostas mirabolantes, o então presidente Lula anunciou em 2010 a "Joia do PAC": a ferrovia Oeste-Leste (Fiol), que prometeu para 2013.



Tratava-se de projeto mais modesto, mas útil. Ligaria um novo porto baiano à ferrovia Norte-Sul.

Por ali seriam carregados minério de ferro, grãos, açúcar e álcool produzidos no oeste baiano. A Fiol propiciaria oportunidades de empreendimento a uma região pobre. O primeiro trecho deveria estar pronto em 2012. O segundo, em meados de 2013.

A ligação com o Tocantins, contudo, ainda não tem traçado final, e não há previsão de término da obra, que já consumiu R\$ 3 bilhões.

Não há dinheiro para concluí-la, pois a estatal encarregada, além de inepta, viu-se afetada pelos cortes de investimentos. Os atrasos anteriores deveram-se, como de costume, a projetos ambientais e de engenharia ruinosos –em outros termos, pura falta de planejamento.

Segundo reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", procura-se agora apenas evitar a paralisação total dos trabalhos e a degradação do que já foi feito. Não é muito, pois está pronta apenas a metade do trecho baiano, que conduzirá a um ponto que ora não existe.

Tais fracassos e desperdícios são ineficiências elevadas a várias potências. A construção da precária infraestrutura do país é retardada de um modo também dispendioso. Um fabuloso fracasso gerencial. (Ed03 – Gestão fora dos trilhos – *Folha de São Paulo*, Editorial, 12/09/2015.

Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/opiniao/2015/09/1680849-gestao-fora-dos-trilhos.shtml>)

As anáforas indiretas aparecem nos editoriais com termos referenciais introduzidos como novos, sendo inferíveis a partir do contexto sociocognitivo, ancoradas em um dado referente já apresentado no cotexto que faz parte do universo textual discursivo. Desse modo, notamos que há nessa estratégia referencial um processo de (re)ativação responsável pela continuidade do texto. É o que ocorre, no exemplo (3) com as expressões “*o trem-bala*” e “*ferrovia Bioceânica*” que mesmo surgindo como um novo referente aparenta ser uma expressão já conhecida, porque estão ancoradas em referentes já expostos no cotexto. Assim, dizemos que no caso do exemplo (3) as expressões anafóricas indiretas “*o trem-bala*” e “*ferrovia Bioceânica*” estão ancoradas no referente central “*os projetos de infraestrutura*”, reativando-o, pois ambos os termos levam os leitores a iguais processos de referência.

As anáforas indiretas são vistas por Cavalcante (2012, p.125) como “estratégia, em que um novo referente é apresentado como já conhecido, em virtude de ser inferível por

conta do processamento sociocognitivo do texto”. Provocam dois processos que contribuem significativamente para a progressão textual: a ativação como processo que introduz informações novas a partir de um referente novo expresso como já conhecido no cotexto, e a retomada e/ou reativação, que se configura num processo que assegura a continuidade referencial contribuindo, dessa maneira, para dar argumentatividade ao texto (KOCH, 2011a).

Como vemos, o conhecimento prévio é provocado por meio dos procedimentos cognitivos inferenciais, sendo muito importante para o entendimento desse enunciado, bem como da compreensão textual. Desse modo, mesmo que não haja de forma direta uma retomada, a continuidade do tema/referente central e a coerência do texto permanecem concretizadas, porque existem expressões/referentes ancorados que caracterizam ligações entre os referentes apresentados como novos e o já apresentado, de modo que o interlocutor impulsiona seu conhecimento cognitivo, permitindo, portanto, as ligações entre a notícia nova e a apresentada.

### **3.3 Anáforas encapsuladoras**

Segundo Koch (2011b), a fim de localizar tais informações na memória, o falante faz uso de estratégias através das quais se torna possível a construção dos objetos de discurso, bem como a ativação ou desfocalização desses na plurilinearidade do texto.

Nessa direção, destacamos que a presente pesquisa compartilha da visão teórica em que se tem uma concepção mais ampliada de anáfora, apresentando como foco a dinâmica do texto e a construção de objetos de discurso, de modo que os estudiosos apresentam como base argumentativa que as expressões anafóricas servem tanto ao que se referem à continuidade e manutenção de referentes quanto à construção de sentido no texto. Sendo assim, é de fundamental importância para a elaboração dos processos de referenciação.

Como nossa proposta é analisar os processos referenciais anafóricos, principalmente, a anáfora encapsuladora, que são utilizadas no gênero editorial jornalístico, observando em que medida contribuem para a orientação argumentativa/ opinativa marcada nesse gênero, buscamos, inicialmente, descrever o percurso teórico que utilizamos para considerar tais processos.

Dentro da perspectiva teórica de Cavalcante (2011, p.59), destacam-se duas funções gerais das expressões referenciais, fundamentadas no critério de menção no cotexto: (1)

“Introduzir formalmente um novo referente no universo discursivo; (2) promover, por meio de expressões referenciais, a continuidade de referentes já estabelecidas no universo discursivo. A partir dessas funções, para a autora fica autorizada a separação entre dois tipos de processos: as introduções e as anáforas. Vemos, então, um bloco representado pelas expressões referenciais que instituem um objeto no discurso sem que haja nenhum outro elemento que o texto evocado, ou seja, não está atrelado a nenhum elemento do cotexto anterior ou da situação imediata de comunicação, sendo importante mencionar que não se leva em conta o que vem após elas, mas sim o fato de não remeter a elas antes. O outro bloco constituído pelas expressões referenciais com continuidade referencial representado pelas anáforas. Para tanto, destaca-se que “são responsáveis pela continuidade referencial e exigem a consideração de um termo-âncora formalmente dito no cotexto” (CAVALCANTE, 2011, p. 60). Para isso, a autora ainda chama a atenção para a seguinte questão:

continuidade não significa obrigatoriamente manutenção de um mesmo referente. Quando o mesmo referente é retomado, dizemos que a anáfora é correferencial. Mas nem toda continuidade, ou seja, nem toda anáfora, é correferencial, porque nem todas retomam o mesmo objeto de discurso. Quando acontece de não haver correferencialidade, a continuidade se estabelece por uma espécie de associação que os participantes da enunciação elaboram por inferência (CAVALCANTE, 2011, p. 61).

A classificação proposta por Cavalcante (2011, p. 54) divide os processos referenciais atrelados à menção de expressões referenciais em duas possibilidades: introdução referencial e anáforas. A primeira caracterizada como as entidades que são introduzidas no texto pela primeira vez; a segunda diz respeito a referentes que já foram, de alguma forma, evocados através de pistas no cotexto, estando na presença de continuidade referencial, conforme o quadro abaixo (CAVALCANTE, 2011, p. 54):

Processos referenciais atrelados à menção	
Introdução referencial	Anáfora (continuidade referencial)

Nesse quadro, a autora apresenta uma divisão dos processos referenciais em dois grupos: um que seria constituído pelos elementos referenciais responsáveis por introduzirem novos referentes sem que haja continuidade referencial, e outro constituído

pelos elementos que marcam a continuidade referencial. Em consonância com a autora, nesta pesquisa, contemplamos como foco de interesse as expressões referenciais anafóricas que denotam continuidade referencial, contribuindo para a orientação argumentativa no editorial. Para isso, procuramos descrever a seguir as principais estratégias referenciais que possibilitam ao editorialista explicitar a opinião institucional marcada no gênero em análise.

Para a autora citada, há dentro das anáforas uma espécie de dois subgrupos: as anáforas com manutenção do mesmo referente e outro em que não há retomada do mesmo referente, conforme o quadro abaixo (CAVALCANTE, 2011, p. 61):

Processos referenciais atrelados à menção	
Introdução referencial	<p>Anáforas (continuidade referencial)</p> <p>⇒ Anáforas Diretas (correferenciais)</p> <p>⇒ Anáforas indiretas (não- correferenciais)</p>

Como podemos ver, as expressões referenciais anafóricas apresentam papel fundamental na manutenção (continuidade), bem como na progressão da referência no texto. Com isso, diz-se que são chamadas de anáforas diretas ou correferenciais “as expressões que retomam o mesmo referente que já tiver sido introduzido no texto/discurso” (CAVALCANTE; BRITO; CUSTÓDIO FILHO, 2014, p. 62). Nesse tipo de anáfora parece existir uma espécie de equivalência semântica e, principalmente, uma identidade referencial entre a anáfora e o elemento antecedente (MARCUSCHI, 2013, p. 55).

Por outro lado, têm-se as anáforas indiretas “caracterizadas pela menção de um novo referente relacionado a outro, distinto, e já citado anteriormente, ou relacionado a alguma outra pista formal do texto, como um verbo, por exemplo” (CAVALCANTE, 2011, p. 61). Segundo a classificação proposta pela autora, o traço mais marcante das anáforas indiretas reside no fato de que sua interpretação depende de outros conteúdos que sejam fornecidos pelo contexto, ressaltando o fato de que elas não apresentam correferencialidade com nenhuma outra entidade já introduzida. Assim, a autora argumenta que as anáforas indiretas colaboram de modo fundamental para que o coenunciador junte as peças do quebra-cabeça dos sentidos, isto é, da coerência textual.

Nessa abordagem, destacamos a subdivisão pleiteada por alguns estudiosos, dentro das anáforas indiretas. Segundo Cavalcante (2011), os estudos direcionados a essas anáforas convergem para duas abordagens do fenômeno: sendo uma atrelada a restrições léxico-estereotípicas; e outra mais ampla que diz não se limitar a tais restrições. Assim, a autora destaca os estudos de Kleiber (2001) pautado em associações apenas semântico-lexicais; de Schwarz (2000) propondo as duas classes de referência indireta: as anáforas associativas e as anáforas inferenciais.

E outros como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) reúnem as anáforas indiretas num só conjunto de “anáforas associativas”, defendendo que não importa a origem do termo âncora, ou seja, em que se apóia o anafórico indireto, nem é relevante a forma como ele se manifesta, pois o que apresenta realmente importância é o mecanismo inferencial envolvido no processo. Este é o posicionamento defendido por Cavalcante (2011) e também adotado nesta pesquisa.

Corroborando com essa visão, temos os estudos de Marcuschi ([2001], 2013 p. 53) em que, segundo ele, pode-se denominar anáfora indireta (AI) “expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto”. O autor diz trata-se de uma estratégia referencial considerada endofórica de ativação de referente novos e não de uma reativação de referente que já são conhecidos, constituindo-se assim como um processo de referenciação implícita. Desse modo, o estudo das anáforas indiretas é visto como um desafio teórico, obrigando a abandonar boa parte das noções que concebem a anáfora de maneira estreita, impedindo, pois, que se continue limitando-a ao campo dos pronomes e da referência em seu sentido estrito.

Destacamos, aqui, que temos como maior interesse os estudos teóricos que tratam mais detidamente sobre as anáforas que introduzem referentes novos, principalmente, as encapsuladoras. Voltando ao estudo das anáforas, para Marcuschi (2013, p. 11), a visão clássica da anáfora direta está baseada numa noção em que a anáfora é um processo de “reativação de referentes estabelecidos previamente”. Com isso, diz-se que essa visão considerada clássica e linear da anáfora não leva em consideração o problema da referenciação textual em toda a sua complexidade, porque se pode dizer que nem sempre há convergência morfosintática estabelecida entre a anáfora e o seu antecedente. Assim, Marcuschi (2013, p. 55) é bastante enfático em afirmar que “Na sua essência, a anáfora é

um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de clonagem referencial”.

Essa afirmação faz com repensemos a evolução dos estudos que tratam sobre a anáfora, partindo da visão considerada clássica aos estudos atuais, sobretudo, na mudança de foco que ocorreu no decorrer desse processo. Assim, levando-se em conta, especialmente, a questão da inferência é que as investigações no campo dos estudos anafóricos têm apresentado como fonte de interesse as anáforas classificadas como indiretas. Dessa forma, é relevante mencionarmos que os processos de ordem cognitiva e as estratégias inferenciais são vistos como decisivos na atividade de textualização, desencadeando o que se pode chamar de “universo referencial emergente” (Marcuschi, 2013, p. 58). Como consequência disso, verifica-se que a textualização não ocorre por meio de um encadeamento linear de elementos afetando, pois, a noção clássica de coerência.

Dentro dessa perspectiva, dizemos que nessa pesquisa assumimos o posicionamento defendido por Marcuschi (2013, p. 58) acerca da coerência em que esta é concebida “como uma operação cognitiva que se dá no processamento textual e não como uma propriedade imanente do texto”. A coerência é vista, aqui, sobretudo como princípio de interpretação textual e não como um princípio de encadeamento enunciativo.

Para Koch (2011b), as anáforas indiretas são essenciais para a construção da coerência bem como da progressão textual, haja vista que elas introduzem e reativam objetos de discurso, tendo como base algum tipo de associação interpretativa. No interior desse quadro teórico analítico-discursivo, vamos apresentar algumas características da anáfora indireta (AI) identificados por Schwarz (2000):

a inexistência de uma expressão antecedente ou subsequente explícita para retomada, e presença de uma âncora, isto é, uma expressão ou contexto semântico base decisiva para a interpretação da AI; a ausência de relação de correferência entre a âncora e a AI, dando-se apenas uma estreita relação conceitual; a interpretação da AI se dá com a construção de um modo referente (ou conteúdo conceitual), e não e como uma busca ou reativação de referentes prévios por parte do receptor. A realização do AI se dá normalmente por elemento não pronominais, sendo menos comum sua realização pronominal. (MARCUSCHI, 2013, p. 60)

A partir dessas características, percebemos a amplitude de aspectos que perpassam o entendimento das anáforas indiretas, de modo que a questão contextual de base cognitiva

se faz fundamental para que entendamos no processo textual o funcionamento das anáforas indiretas e a sua contribuição na construção de sentido. Podemos, assim, verificar a questão essencial atrelada a AI subsidiada, sobretudo, em três aspectos: a não vinculação deste tipo de anáfora com a correferencialidade; a questão de não apresentar vinculação com a noção de retomada e a introdução de um referente novo, como se já fosse conhecido, devido ao fato de ser inferível por conta do contexto sociocognitivo.

É importante pontuamos que Marcuschi (2013, p.78) defende a “hipótese do continuum anafórico”, afirmado que não existe de fato uma dicotomia estrita entre as anáforas diretas (AD) e as anáforas indiretas (AI). O que há de fato com o ponto fundamental entre elas é um extremo do continuum ao outro, residindo no fato de que a AD reativa referentes prévios, ou seja, estabelecendo uma ligação referencial considerada estrita, ao passo que as anáforas indiretas são caracterizadas, essencialmente, de natureza processual ao introduzir referentes novos como conhecidos baseados em âncoras contextuais e modelos cognitivos de natureza diversa.

Cavalcante (2011, p. 71) trata ainda de um processo referencial, concebido *como* um tipo peculiar de anáfora indireta, tendo em vista o fato desse tipo anafórico “não retomar nenhum objeto de discurso pontualmente, mas se prender a conteúdos espalhados pelo contexto”. Desse modo, a autora destaca como traço marcante das anáforas encapsuladas à recuperação difusa de informações, por esse motivo confere a ela o caráter de anáfora também indireta, tendo em vista a questão de não ser correferencial, apresentando um poder de resumir informações contextuais e cotextuais.

Dentro dessa visão, a diferença fundamental existente entre as anáforas encapsuladoras e as indiretas (propriamente ditas) é que aquelas resumem, “encapsulam”, porções do texto, precedentes e/ou consequentes, destacando que as encapsuladoras não apresentam remissão a âncoras pontuais, ou seja, específicas da superfície textual, mas a informações que estão dispersas. Para Cavalcante (2011), existe uma separação entre anáforas indiretas e os casos de encapsulamento, os quais incluem os denominados rótulos, tratados pelos estudos de Francis ([1994], 2003) que tratam de *rótulos prospectivos* e *rótulos retrospectivos*. Segundo o autor, quando o rótulo proceder sua localização será chamado de rótulo retrospectivo, tendo-se, assim, como principal caracterização a questão da exigência da realização da lexicalização em seu cotexto. A rotulação considerada *prospectiva* realiza funções predicativas, de modo que aponta direções de novos tópicos discursivos e, dessa forma, estabelece associação com as informações novas do texto.

Quanto ao *retrospectivo*, entendemos que se caracteriza por seguir sua lexicalização, resumindo, encapsulando enunciações que estão no cotexto precedente, apresentando orientação interpretativa aos interlocutores. Com isso, percebemos que nesses rótulos não há algo a ser predito para o interlocutor.

Francis (2003, p.194) postula que o rótulo apresenta significado textual, visto que ele se localiza no rema da oração, sendo assim parte do foco da informação nova. O autor defende que a coesão através da rotulação se constitui como função do grupo nominal inteiro. Observamos que não só o nome núcleo, mas também os modificadores e determinantes contribuem significativamente para o encapsulamento, para a rotulação e para predição e orientação argumentativa. Esse autor, também, chama a atenção para o fato de que os rótulos *retrospectivos* possuem relevante função organizadora, de modo que estes sinalizam que o escritor está se deslocando para a fase seguinte de seu argumento, utilizando-se da fase anterior de modo a encapsular em uma única nomeação.

Segundo Francis (2003), a rotulação ocorre de forma corriqueira na imprensa jornalística, e de modo especial, nos discursos argumentativos. Nesse sentido, pode-se notar que esse fenômeno pode apresentar contribuição para a elaboração de parágrafos na construção do texto, tendo em vista a relevante função organizadora que os rótulos retrospectivos possuem, os quais, frequentemente, resumem parágrafos anteriores e introduzem novos. Ele ainda discorre sobre os rótulos metalinguísticos caracterizados por rotularem enunciações cotextuais que retratam e identificam o próprio discurso e a língua enquanto objetos de referência.

Partindo da visão de referenciação atrelada à menção de expressões referenciais, Cavalcante (2011, p. 74) afirma que “toda anáfora indireta deve apoiar-se em âncoras do cotexto”, o que não quer dizer que exclui a possibilidade de remeter, ao mesmo tempo, aos elementos da situação extralinguística, bem como do conhecimento compartilhado. Para a pesquisadora, toda anáfora encapsuladora é também uma espécie de anáfora indireta, que introduz e menciona no cotexto uma expressão referencial nova, apresentando como se fosse conhecida anteriormente, resumindo conteúdos explicitados (ou implícitos) em porções cotextuais anteriores e/ou posteriores.

Nesse contexto, destacamos os estudos pioneiros sobre encapsulamento anafórico de Conte ([1996], 2003, p.177) que o define como “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona com uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto”. Ela chama a atenção para o fato de que por meio do encapsulamento anafórico, um



novo referente discursivo é criado tendo como base uma informação velha/ dada, de modo que ele configura o argumento de predicacões posteriores. Enquanto recurso semântico, os sintagmas nominais encapsalores resumem porções textuais precedentes, ressaltando que poderão apresentar extensão e complexidade bem variada, ou seja, poderá resumir um parágrafo inteiro ou apenas uma única sentença. O encapsulamento anafórico, portanto, se constitui como um recurso coesivo, considerado muito importante, principalmente, em textos argumentativos escritos.

Essa autora argumenta que o encapsulamento anafórico deve ser visto além de uma paráfrase que resume uma determinada porção precedente do texto. Para tanto, defende que na base da informação dita como velha, o encapsulamento cria um novo referente discursivo, tornando-se o argumento de predicacões futuras. Assim sendo, o encapsulamento anafórico se constitui como um procedimento muito relevante de introdução de referente no texto, surgidos em sua dinamicidade.

O encapsulamento anafórico, conforme Conte (2003, p. 184) ocorre no início de um parágrafo, funcionando, pois, como um princípio organizador na estrutura discursiva, destacando que “quando o núcleo do sintagma nominal anafórico é um nome axiológico, ou seja, estudo de alguma espécie de valor, o texto oferece uma avaliação dos fatos e eventos descritos”. Nesse caso, o encapsulamento funciona ao mesmo tempo como um recurso coesivo e também como um princípio organizador, podendo ser um significado maior de manipulação do leitor.

Ciulla (2008) considera que a interpretação de uma expressão não é somente dependente do cotexto, mas também apresenta implicações baseadas no conhecimento que é compartilhado pelo enunciado e seu interlocutor. Para ela, tanto as chamadas anáforas diretas como indiretas podem ser vistas como núcleos, a partir dos quais diversas inferências podem ser feitas, de modo que ocorra procedente de recuperação, de reformulação ou mesmo de homologação de novos referentes

Essa autora apresenta certa peculiaridade que merece uma atenção maior em relação aos estudos já vistos, pois prefere eliminar a subclassificação em anáfora direta e indireta e qualquer outro que remete ao processo que estabeleça dissociação entre léxico e cognição. Para tanto, argumenta que todo processo anafórico implica inferência e outros processos cognitivos, os quais por meios de diferentes maneiras possibilitam aos falantes modificar, acrescentar, ou mesmo transformar objetos no discurso, partindo de objetivos já referidos. No processo referencial anafórico, ela defende a existência de diferentes graus de

inferência, além de diversos tipos de fontes de onde se pode tomar como ponto de partida, a fim de construir e moldar objetos. Os estudos dessa linguista apresentam como foco a questão de que os processos referenciais podem ser definidos em termos de função que desempenham no discurso. Para isso, ela concebe conceitualmente os processos referenciais da seguinte forma:

- (1) Anafóricos – é o processo de continuidade referencial, ou seja, processo em que há uma referência a um objeto que ao mesmo tempo, ativa alguma fonte já mencionada explicitamente no texto e/ou que se encontra armazenado na memória comum dos interlocutores; nesse processo, objetos podem ser transformados e/ou inseridos no discurso.
- (2) Dêitico – é o processo em que se denuncia o posicionamento do enunciador no tempo ou no espaço ou em que há a indicação de algum espaço - normalmente a memória - , onde podemos encontrar informações que nos servirão de base para construir um referente; os casos em que a dêixis ocorre num processo anafórico, designamos, a partir daqui, de anáfora com dêixis, e, portanto, as expressões que denominamos dêiticos discursivos passam a ser consideradas, nesta pesquisa, casos de anáfora (encapsuladora) com dêixis.
- (3) Introdução referencial – é o caso em que um referente novo é apresentado para o discurso, sem a ativação de qualquer fonte (a não ser o conhecimento enciclopédico) (CIULLA, 2008, p. 73).

A partir das conceituações, a autora discorre o estudo voltado para esses processos, destacando as principais funções desempenhadas por eles identificadas como: organização de partes do texto, metadiscursividade, introdução de informações novas, promoção de uma busca (ativação da memória), promoção de efeitos-estilísticos e marcação da heterogeneidade discursiva. Dessas funções, procuramos destacar aquelas que, segundo a autora, estão ligadas aos processos referenciais anafóricos. Assim, para Ciulla (2008), de maneira esquemática, ressalta-se que os processos anafóricos, frequentemente, aparecem associados às seguintes funções:

organização de partes do texto: mudando e inaugurando tópicos que fazem progredir o discurso; em geral, associa-se a avaliação, muitas vezes através do encapsulamento; explicitação do tipo de discurso ao qual apelam ou de um determinado valor de julgamento; os processos anafóricos, frequentemente, servem para persuadir o interlocutor a compartilhar de julgamentos. Introdução de informações novas: esclarecendo ou especificando informações sobre um objeto, ao retomá-lo, promovendo novas categorizações (CIULLA, 2008, p.192).

A partir desses estudos, tendo como objetivo as funções discursivas, percebemos que na maioria dos processos de referenciação observados ou analisados, os pesquisadores discutem sobre as estratégias anafóricas, cuja função dessa categoria é dar continuidade a progressão textual-discursiva por meio de retomada de referentes já mencionados ou pela introdução de um novo referente no modelo textual. Desse modo, afirmamos que as funções discursivas apresentadas não têm como objetivo ser exaustivas, mas se constituem como ponto de partida, para os estudos dos processos referencias, partindo de uma dimensão sociodiscursivo-cognitiva. Veremos, a seguir, as análises desenvolvidas a partir dos editoriais que compõem o *corpus* deste trabalho.

## CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE

Este capítulo trata, em um primeiro momento, dos procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa. Para isso, apresentamos as seguintes etapas: a contextualização do Jornal *Folha de São Paulo*; os procedimentos de composição do *corpus* e a operacionalização da análise dos dados coletados. Em seguida, focalizamos o uso das estratégias referenciais nos editoriais jornalísticos; a argumentação e processos referenciais anafóricos e o uso do encapsulamento anafórico no gênero editorial.

### 4.1 A contextualização do Jornal *Folha de São Paulo*

O grupo *Folha de São Paulo* publica diariamente em média dois editoriais, sendo que às vezes, aos domingos esse número varia entre dois ou apenas um texto. Os editoriais dessa instituição são publicados, na versão impressa e online, nesta são inseridos no segundo menu - denominado Opinião, ao passo que naquela são publicados na segunda página, localizado na seção “Opinião”, que apresenta uma coluna com os dois editoriais.

Considerando a apresentação do Manual da Redação da *Folha de São Paulo* (2005, p. 10), este jornal apresenta conduta orientada num projeto editorial que vem se desenvolvendo desde meados da década de 70, cujo objetivo é realizar um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário. Para tanto, procura adotar uma atitude de independência em relação aos grupos que detém poder.

Segundo o manual citado, o Jornal Folha considera as notícias e/ou ideias que são veiculadas como se fossem mercadorias, devendo assim, serem tratadas com rigor técnico, procurando estabelecer uma relação de transparência com a opinião pública, de modo que possa estimular o diálogo, e o desenvolvimento do jornalismo, e a difusão de novas tendências. Assim, a partir do *corpus* selecionado foi possível notar que os textos dessa instituição focalizam durante o período delimitado, especialmente, temáticas relacionadas às ações do governo, bem como temas que entrecruzam o governo como a economia e a questão da corrupção.

Vale dizer que o grupo *Folha de São Paulo*, devido estar situado, numas das grandes metrópoles brasileiras, apresenta um tipo de jornalismo caracterizado como

nacional, discutindo temas que perpassam o olhar de jornalistas que estão em contato com todos os tipos de informações.

Por conseguinte, possui um número de leitores bastante amplo, tendo em vista que apresenta amplitude de circulação nacional. Assim, verificamos que esse jornal veicula em seus editoriais os temas que interessam não só aos leitores da capital de São Paulo, mas a todo o país. Ressaltamos a questão relevante de todos os textos tratados nesse jornal estabelecerem relação, sobretudo, com as notícias em pauta no momento.

#### **4.2 Os procedimentos de coleta e composição do *corpus***

Os procedimentos de coleta foram iniciados em julho de 2015 e concluídos em setembro de 2015, a partir da seleção de exemplares de jornais do grupo *Folha de São Paulo*, na modalidade *online*. Dessa forma, de julho de 2015 a setembro de 2015, montou-se um acervo composto por aproximadamente 184 editoriais.

Após a montagem dos dados, deu-se início ao processo de seleção, no qual dividimos os editoriais em pastas de trabalho nomeadas por tema/assunto. Durante o processo de escolha da composição do *corpus* optamos por editoriais que tratassem, especialmente, das seguintes temáticas: política e economia. Para tanto, selecionamos editoriais que tratassem de temas cuja amplitude não se estendesse apenas a uma região e sim a todo país.

O *corpus* do presente estudo é composto por 15 editoriais do acervo *online* constituintes do recorte temporal, retirados do Jornal *Folha de São Paulo* que contempla o objeto de estudo. A quantidade citada constitui adequadamente a investigação proposta neste estudo, tendo em vista a proposta de analisarmos o funcionamento do encapsulamento anafórico, no gênero editorial de jornal, a partir de sua contribuição enquanto (re)construção de sentido na progressão textual.

Para fins metodológicos, apresentamos os editoriais numerados obedecendo a uma perspectiva temática. Nesse sentido, destaca-se que as expressões anafóricas, foco de investigação deste estudo, serão marcadas nos fragmentos dos editoriais através de negrito e/ou itálico, a fim de tornar mais didático o processo analítico/interpretativo.

### 4.3 A operacionalização da análise dos dados coletados

No recorte temporal escolhido no início do mês de julho de 2015, foi possível observar o fato de o Brasil ter mostrado-se como manchete em importantes jornais mundiais, por conta, principalmente, dos escândalos de corrupção envolvendo, sobretudo, a Petrobras e a crise econômica atravessada pelo país, desde o início do ano. Além disso, destacam-se também os entraves políticos marcados por debates que dividem opiniões, associados à crise política. Completamos, assim, a coleta num momento em que o país atravessa uma recessão econômica declarada, pela mídia, como insustentável.

Vale mencionar que algumas questões consideradas centrais que ocuparam a mídia brasileira no ano de 2015, já se faziam presentes na pauta de reivindicações apresentada nas manifestações ocorridas no ano anterior. Sendo assim, ao analisarmos os editoriais que compuseram o *corpus* da presente pesquisa, foi possível notar uma continuidade temática perpassada em diferentes momentos.

Trabalhamos com o recorte temporal de três meses, a fim de verificarmos textos que apresentassem o mesmo referente central explicitado, tendo em vista duas temáticas específicas. Com isso, no recorte selecionado pudemos analisar referentes textuais que se repetiram no jornal, constituindo-se como uma sequência temática na qual se pode mostrar a importância dos processos anafóricos na construção de sentido, bem como no entendimento/interpretação do leitor.

Nesse sentido, mencionamos que, no decorrer da análise, existem exemplos de fragmentos retirados de editoriais curtos e outros mais longos, havendo, assim, em alguns casos, necessidade de se ter uma porção textual maior, a fim de que possamos identificar e compreender os processos referenciais anafóricos. Salientamos que temos como foco a discussão e a análise de anáforas encapsuladoras presentes no gênero editorial selecionado. Para tanto, analisamos a construção e reconstrução dos sentidos do texto e, em que medida, essas anáforas contribuem para a argumentação do editorialista presente no gênero em análise.

Com a análise de caráter qualitativo, observamos o encapsulamento anafórico e a significativa presença desse processo anafórico nos editoriais, destacando seu papel para a progressão textual e construção de sentido nos textos analisados. Para a análise, consideramos que a anáfora encapsuladora resume, “encapsula” porções do texto, precedentes e/ou consequentes, não apresentando, pois, remissão a âncoras pontuais, mas a

informações que estão dispersas no cotexto (CAVALCANTE, 2011). Assim, ressaltamos que a discussão expandida sobre esse conceito fora apresentada no capítulo 3 (item 3.3).

Notamos, então, a significativa presença de anáforas encapsuladoras relacionadas, por exemplo, ao governo da presidente Dilma, constituindo-se maioria dentro do *corpus* constituído da temática política, sendo encontradas também anáforas diretas e indiretas propriamente ditas. Sendo assim, destacamos que adotamos nessa pesquisa a classificação das anáforas indiretas proposta por Cavalcante (2011), que dividi em dois grupos: as anáforas indiretas propriamente ditas e as anáforas encapsuladoras.

Destacamos, pois, que essa pesquisa parte do entendimento baseado numa visão mais ampla de anáfora, que privilegia a importância do contexto sociocognitivo para a compreensão desses processos anafóricos. Para isso, dizemos que a nomenclatura utilizada apresenta como objetivo explicitar a função e o uso do encapsulamento anafórico na construção dos editoriais, bem como salientar construções argumentativas resultantes do uso dessas anáforas nos textos analisados.

Iniciamos a análise, explicitando o uso das estratégias de referência no gênero editorial, em seguida tratamos sobre a argumentação e os processos anafóricos, especialmente as anáforas encapsuladoras e, por fim, explanamos sobre o encapsulamento anafórico no editorial, tendo em vista o uso no editorial de jornal, enfatizando as funções textual-discursivas e a importância dessas anáforas na continuidade referencial bem como na construção textual. Verificamos analiticamente alguns exemplos de anáforas que apontam para questões importantes verificadas no *corpus*.

#### **4.4 O uso das estratégias de referência no gênero editoriais jornalísticos**

Com base nas informações dadas, o *corpus* desta pesquisa é composto por 15 editoriais extraídos do Jornal *Folha de São Paulo*. Desse modo, selecionamos os textos a partir de temas abordados, inseridos no período compreendido entre julho a setembro de 2015.

No primeiro momento, procuramos observar, nos textos selecionados, as estratégias referenciais mais presentes no gênero em análise. Para uma melhor compreensão dessas estratégias, fez-se necessário entendermos o conceito de referente, visto que essa entidade está relacionada ao processo anafórico. Compartilhamos, aqui, a visão defendida por Cavalcante (2011, p.15) em que os referentes são concebidos como “entidades que

construímos mentalmente quando enunciamos um texto”. A partir dessa visão, assumimos a perspectiva de que os referentes são considerados como realidades abstratas, ou seja, imateriais, como objeto de discurso, uma entidade ou mesmo uma representação construída na (re)elaboração dos sentidos do texto/discurso.

Para a autora, o ato de referir é sempre visto como uma ação conjunta, interativa, em que ocorre a mediação do outro, bem como na integração de nossas práticas de linguagem associadas as nossas vivências socioculturais que se constroem uma representação a qual se chama “referentes” (CAVALCANTE, 2011). Assim, participar do processo dinâmico de construção e reconstrução de referentes é colocar a referência em ação, ou seja, é verificar o processo de referencição, (re)constituindo-se, a partir da construção de objetos de discurso apreendida, na maioria das vezes, por meio de expressões referenciais. Portanto, vê-se que a referencição é a atividade de construção e reconstrução de referentes que se elaboram progressivamente na dinâmica textual. Vejamos o exemplo:

- (4) Hoje a atitude talvez não se repetisse. Àquela altura, porém, comandando *a Câmara dos Deputados* havia pouco mais de um mês, *Eduardo Cunha* (PMDB-RJ) se mostrava tão à vontade que, mesmo sem ter sido convocado, decidiu comparecer *à CPI da Petrobras* para prestar esclarecimentos sobre as suspeitas que se lançavam contra ele. Tudo não passava de opção política, sustentou *o presidente da Câmara*; seu nome fora incluído na lista de investigados *no Supremo Tribunal Federal* para "transferir a crise do outro lado da rua [Palácio do Planalto] para cá [Congresso]". O doleiro Alberto Youssef apontara Cunha como beneficiário de propina no esquema de corrupção da estatal, mas poucos integrantes *da Comissão Parlamentar de Inquérito* julgaram oportuno dirigir ao peemedebista perguntas relacionadas com o escândalo.
- Em vez disso, *congressistas* encarregados de questionar o deputado fluminense aplaudiram o chefe ao final de sua defesa e se revezaram no microfone no intuito de parabenizá-lo – gesto compartilhado por membros tanto da oposição como da base aliada.
- Passados quase seis meses de sua eleição para *a presidência da Câmara*, Eduardo Cunha já não ostenta tantos asseclas dispostos a defendê-lo. Mais que isso, mesmo entre seus correligionários começa a ganhar corpo uma ideia que pareceria impensável semanas atrás: seu afastamento do cargo.



Tendo obtido 267 votos (52% do total) na disputa interna e derrotado com folga Arlindo Chinaglia (PT-SP), o peemedebista logo foi visto como alguém capaz de incomodar o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) e de fazer do Legislativo um Poder mais autônomo.

Se dirigiu votações com mão pesada, se impôs sua vontade e sua pauta *ao conjunto dos deputados*, se trabalhou contra o ajuste de que o país precisa, se dobrou o regimento da Casa perante seus interesses, nada disso incomodou os oposicionistas e os descontentes –desde que, naturalmente, o Executivo sentisse duros golpes.

Apesar de não ter perdido sua capacidade de fustigar o Planalto, o presidente da Câmara viu diminuir de forma significativa o apoio que recebe dos colegas em suas investidas. Quando anunciou que estava rompendo com o governo Dilma, por exemplo, ficou quase isolado.

A mudança de clima coincide com a notícia de que o lobista Julio Camargo acusa Eduardo Cunha de ter recebido US\$ 5 milhões em propina. Há, além disso, rumores de que *a Procuradoria-Geral da República* em breve apresentará denúncia contra o peemedebista. Dados esses fatos, seus aliados entraram em compasso de espera.

*Ainda que seja por puro instinto de autopreservação diante da opinião pública – e não pela adesão a princípios éticos e morais–, parecem ter percebido que o eventual recebimento de acusação formal por parte do STF, mesmo sem pressupor culpa, não pode passar sem consequências políticas.* (Ed04 – As bases de Cunha – Folha de São Paulo, Editorial, 28/07/2015.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/07/1661186-as-bases-de-cunha.shtml>)

Nesse exemplo (4), temos como referente central “*o presidente da Câmara*”, (Eduardo Cunha), sendo possível verificar a presença de objetos de discurso, isto é, algumas entidades que se manifestam no texto por meio das expressões referenciais: “*à CPI da Petrobras*”, “*o Supremo Tribunal Federal*”, “*a Comissão Parlamentar de Inquérito*”, “*a Câmara dos Deputados*”, “*congressistas*”, “*a presidência da Câmara*”, “*o conjunto dos deputados*”, “*a Procuradoria-Geral da República*” que vão contribuir para a progressão/desenvolvimento dos sentidos do texto, pois essas expressões remetem ou ancoram no referente (ou objeto de discurso) especificado no (co)texto “*o presidente da Câmara*” (Eduardo Cunha). Com isso, podemos compreender que a estratégia de construção de referentes manifestados no texto através de expressões referenciais é concebida como um processo, ou seja, uma ação. Assim, a referenciação é vista como a

ação de referir (CAVALCANTE, 2012, p.102). Além disso, é importante pontuar que essas formas linguísticas apresentam informações significativas, com opiniões, pontos de vista (*Ainda que seja por puro instinto de autopreservação diante da opinião pública –e não pela adesão a princípios éticos e morais–, parecem ter percebido que o eventual recebimento de acusação formal por parte do STF, mesmo sem pressupor culpa, não pode passar sem consequências políticas*).

Nessa perspectiva, destacamos que, segundo Koch e Elias (2014, p.131), as principais estratégias de referenciação textual dizem respeito ao “uso de pronomes ou outras formas de valor pronominal; uso de expressões definidas e uso de expressões nominais indefinidas”. Vejamos as estratégias citadas no exemplo abaixo:

- (5) O governador Geraldo Alckmin (PSDB) voltou a descartar, em audiência no Senado, a adoção de ***um rodízio de água*** em São Paulo. Não é inédita a aposta do tucano na segurança hídrica do Estado, mas pela primeira vez seu otimismo tem ***alguma razão de ser***.

Transcorridos dois meses de estação seca, o nível das represas que abastecem a Grande São Paulo vem se mantendo praticamente estável.

Principal reservatório da região, ***o sistema Cantareira*** começou o período com 15,4% de sua capacidade; tem 15,2%. ***O Guarapiranga*** passou de 81,7% do total para 78%, e ***o Alto Tietê***, que iniciou maio com 22,5%, dispõe de 20,5%.

Diversos fatores contribuíram para ***esse saldo***. Um deles é ***a expressiva diminuição do consumo***, alcançada em parte graças à medidas de estímulo à economia de água, mas sobretudo em decorrência do racionamento por meio de redução da pressão – iniciativa, contudo, no mais das vezes adotada sem a devida transparência.

A Sabesp, embora com atraso, também tem ampliado a interligação dos diversos reservatórios. Se antes 8,8 milhões de pessoas dependiam exclusivamente do Cantareira, por exemplo, hoje ***esse contingente*** é de 5,2 milhões.

Por fim, não se pode deixar de considerar as chuvas, cuja intensidade tem superado as expectativas do início de 2015.

A mesma sensação de alívio se propaga pelo setor elétrico. Os reservatórios destinados à geração de energia nas regiões Sudeste e Centro-Oeste – os maiores do país – têm permanecido acima de 36% neste início de julho.

Trata-se de nível menos de um ponto percentual superior ao registrado no mesmo período de 2014, mas o dado ainda assim é bastante significativo. Não só por

interromper uma sequência de 18 meses de queda (na comparação com a mesma data do ano anterior) mas também porque a tendência, agora, é de estabilidade ou leve alta. No subsistema SE/CO, os meses de estiagem, de maio a novembro, costumam trazer diminuições expressivas do volume de água nas represas. Se neste ano se verifica situação diversa é menos por causa das condições hidrológicas e mais devido à retração do consumo – provocada pela paralisa econômica e pelo tarifaço na conta de luz.

Seja como for, dá-se como afastado o risco de racionamento.

Melhor, naturalmente, que já seja possível ouvir a água no fim do cano. Mas não se pode esquecer que, nas duas crises, Geraldo Alckmin e a presidente Dilma Rousseff (PT), por razões eleitoreiras, demoraram a tomar as iniciativas necessárias para dar à população um mínimo de segurança – para nada dizer de previsibilidade – sobre o fornecimento hídrico e energético. (Ed05 – Água no fim do cano – *Folha de São Paulo*, Editorial, 11/07/2015.

Disponível em: <http://www1.folha.oul.com.br/opiniaio/2015/07/1654475-agua-no-fim-do-cano.shtml>)

Nesse exemplo (5), temos as expressões “*O sistema Cantareira*”, “*O nível de represas*”, “*As chuvas*” que se caracterizam como formas linguísticas, ou seja, expressões nominais definidas e constituídas de um determinante definido, seguido de um nome, apresentando como característica o fato de “operar uma seleção dentre as diversas propriedades caracterizadoras de um referente” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 132). Para as autoras, essa estratégia de referenciação trata da ativação dentre os conhecimentos que pressupomos como partilhados com o(s) interlocutor(s) de marcas do referente que o locutor busca destacar ou mesmo enfatizar de acordo com suas intenções.

Assim, destaca-se que a escolha de determinada expressão definida pode proporcionar ao leitor informações significativas acerca das opiniões e crenças do produtor/editorialista do texto as quais poderão auxiliar na construção de sentidos.

Ainda neste exemplo (5), vemos que o editorialista seleciona as expressões definidas “*esse saldo*”, “*esse contingente*”, “*a expressiva diminuição do consumo*” que corroboram para mostrar o posicionamento contrário que o editorialista tem em relação às práticas políticas do Governador de São Paulo Geraldo Alckmin, no que diz respeito à questão da falta de água no Estado, destacando que essa temática é tratada em editoriais que se enquadram no recorte temporal selecionado, mostrando a complexidade do tema atrelada, sobretudo, a questões políticas.

Por outro lado, ao usar uma expressão definida, o produtor do texto pode ter como foco proporcionar o conhecimento ao interlocutor, com os mais diversos propósitos, fatos que dizem respeito aos referentes que editorialista julga desconhecidos ao interlocutor. É o que verificamos (em 5) a partir da utilização das seguintes expressões: “*o sistema Cantareira*”, “*o Guarapiranga*”, “*o alto Tietê*” nomes dos principais sistemas responsáveis pelo abastecimento de água da grande São Paulo.

Além disso, tem-se ainda como estratégia de referenciação o uso de expressões nominais indefinidas com função anafórica como as expressões “*um rodízio de água*” e “*alguma razão de ser*”. Assim, a partir da explanação dos exemplos citados verificamos que o processamento textual ocorre numa alternância entre diversos movimentos, haja vista a concepção da referenciação como atividade discursiva. Observamos, pois, o texto enquanto processo de interação e não como um produto estanque no qual o sentido seja estabelecido *a priori*.

Nessa perspectiva, destacamos que no processo de construção de referentes textuais, estão envolvidas as estratégias de referenciação definidas por Koch e Elias (2014, p. 125) como:

- (1) Introdução (construção): um “objeto” até então não mencionado é introduzido no texto, de modo que a expressão linguística que o representa é posta em foco, ficando esse “objeto” saliente no modelo mental;
- (2) Retomada (manutenção): um “objeto” já presente no texto é reativado por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto de discurso permaneça em foco.
- (3) Desfocalização: quando um novo objeto de discurso é introduzido passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (stand by), ou seja, ele continua disponível para utilização imediata sempre que necessário.

Vejamos no exemplo (6), abaixo, o funcionamento dessas estratégias de referenciação.

- (6) Evitou-se, na madrugada desta quarta-feira (23), um desastre econômico e político que teria, provavelmente, o poder de acarretar o cabal desgoverno das contas públicas e, com isso, tornar definitivo *o colapso da sustentação da presidente Dilma Rousseff* (PT).

De modo até certo ponto surpreendente – e que reflete o grau desesperado da situação–, foi *a própria chefe de governo* quem tomou a iniciativa de contatar *o presidente da Câmara dos Deputados*, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e seu correspondente no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), num apelo para que a apoiassem na questão.

Tratava-se de não derrubar a série de vetos que o Palácio do Planalto impusera a medidas anteriormente votadas pelo Congresso. No total, tais medidas representariam despesas calculadas em R\$ 127,8 bilhões até 2019.

Para se ter uma ideia mais clara da extensão de tais liberalidades, apenas uma delas, a que determinava a isenção de impostos sobre o óleo diesel, esvaziaria dos cofres públicos um montante superior a R\$ 64 bilhões em quatro anos.

Trata-se de quantia similar ao de toda a economia pretendida no próximo ano com o pacote de medidas lançado há poucos dias pelas autoridades econômicas.

Dada a extrema fragilidade do governo, não eram incomuns os prognósticos de que o Congresso mantivesse sua disposição de abrir novos rombos no Orçamento.

Dos 32 vetos colocados em votação, entretanto, 26 foram mantidos. Vários motivos dão conta desse resultado – ainda incompleto, todavia, já que a crucial decisão sobre os aumentos salariais do Poder Judiciário foi adiada.

As pressões e cálculos em torno da reforma ministerial, contemplando o PMDB com novas fatias de poder, como a pasta da Saúde, naturalmente tiveram seu peso.

Mais premente foi a angústia motivada pela corrosão da moeda brasileira em relação ao dólar, cujas cotações ultrapassaram a barreira dos R\$ 4. O Executivo, instado a demonstrar alguma força para debelar o pânico, e o Legislativo, sob o temor de precipitar uma crise irreversível, chegaram a um entendimento forçado.

Dilma se moveu, enfim – e a vitória parcial das primeiras horas do dia ensejou algum otimismo nas hostes governistas; pela manhã, o ministro Joaquim Levy, da Fazenda, celebrou uma "mostra de maturidade" dos congressistas. A tarde evidenciou, no entanto, a precariedade do sucesso.

Enquanto ministérios eram barganhados, o dólar prosseguiu em sua escalada e atingiu novo recorde; a reação tardia manteve o governo respirando, mas ainda longe de se livrar do risco de afogamento. (Ed06 – Dilma se move – *Folha de São Paulo*, Editorial, 24/09/15.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/oipinao/2015/09/1685704-dilma-se-meve.shtm>)

Nesse exemplo (6), a expressão linguística “*o colapso da sustentação da presidente Dilma Rousseff*” é posta em foco, de modo que fica saliente no modelo mental. Dessa

forma, observamos que essa expressão referencial fora introduzida no texto sem que houvesse nenhuma menção anterior.

Na expressão “*a própria chefe de governo*” - um objeto de discurso já presente no texto é retomado, ocorrendo a manutenção de uma forma referencial, fazendo com que o objeto de discurso permaneça saliente, pois a expressão citada retoma correferencialmente a “*presidente Dilma Rousseff*”, mencionada no parágrafo anterior.

Ainda no segundo parágrafo percebemos a inserção de um novo objeto de discurso com a expressão “*o presidente da Câmara dos Deputados*”, em que verificamos que essa expressão passa a ocupar o foco, ocorrendo assim a estratégia de desfocalização do objeto que até o momento permanecia saliente no modelo mental, estando, pois, em estado de ativação parcial. Assim, podemos perceber o funcionamento dessas estratégias no texto, sobretudo, a significativa relevância para a progressão textual

#### **4.5 A argumentação e os processos referenciais anafóricos**

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 141) postulam que “se a interpretação de um texto deve traduzir o conjunto de intenções do autor, há que se levar em conta o fato de o texto comportar em geral uma argumentação implícita que constitui seu essencial”. Para tanto, faz-se necessário selecionar determinadas particularidades de um discurso ou texto, para introduzi-las em um dado contexto e explicitá-las aos leitores ou ao auditório. O produtor do texto ou orador, naquela interação, estará atribuindo prioridade a uma escolha linguística que corrobora para a orientação argumentativa. Para os estudiosos da Nova Retórica, o fato de determinados componentes serem selecionados e apresentados ao público ou aos leitores implica na influência e na adesão deles no discurso.

Nessa direção, vale ressaltar que Sabaini (2012, p.36) diz que levando em conta essa área comum, na qual determinadas marcas linguísticas produzem enunciados, podendo o enunciador alcançar determinados resultados, evidencia-se que os falantes buscam estratégias discursivas a fim de convencer e/ou persuadir o auditório/público para quem o discurso é direcionado.

Assim, notamos que determinadas expressões linguísticas possibilitam cargas de valores que, exercendo interação com o auditório/leitor, poderá obter a aceitação ou não aceitação por parte do auditório, tendo em vista a relação a que essas expressões se referem. Para a autora, a aceitação ou não aceitação de certo termo pode ser constituída

gradualmente pela porção de recortes do referente que está ativo no discurso, mostrando que tais seleções estão envolvidas nos propósitos argumentativos que podem sofrer alteração durante o processo discursivo pelos participantes.

Tomando como base analítica a questão argumentativa no uso das expressões nominais referenciais, Koch (2011a, p. 76) postula que, quando aplicamos a estratégia de descrição definida, “opera-se uma seleção entre propriedades passíveis de serem atribuídas a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevantes para o locutor, tendo em vista a viabilização do seu projeto de dizer”. Desse modo, ao tomar como base essa questão posta pela autora citada, a argumentação pode ser posta no texto e reorganizada a partir da utilização das estratégias referenciais. Dito de outra maneira observa-se, então, que o ato de “referir” e de construir determinado objeto de discurso é constituído a partir da representação referencial que o locutor/falante pretende despertar no discurso.

Assim sendo, os referentes podem ser modificados, e, no decorrer do processo de depreensão do texto, o leitor vai elaborando uma série representativa que dará a ele informações a respeito da categorização e recategorização dos referentes, contribuindo para o entendimento do texto. Nesse sentido, com base em Apothéloz e Reichler-Béguelin (1955) as autoras Lima e Cavalcante (2015) pontuam que o falante dispõe de uma série aberta de expressões para nomear um referente, no entanto essas expressões podem sofrer constantes reformulações, conforme as diferentes condições enunciativas.

Conforme pontua Cavalcante (2012, p. 108), um primeiro aspecto da referenciação que merece destaque é que “a realidade é submetida à reelaboração por parte dos sujeitos que se envolvem na interação, sendo que uma mesma realidade pode dar origem a referentes distintos”. A autora mostra o fato de que os indivíduos possuem variadas possibilidades linguístico-discursivas ao se tratar da construção de um *objeto de discurso*. A seguir, através de alguns trechos dos editoriais em análise, mostraremos a importância do processo de referenciação para o texto argumentativo, vejamos os exemplos:

(7) *A presidente Dilma Rousseff (PT)*, quem diria, reconheceu que errou diante da crise econômica.

Segundo declarou em entrevista a esta Folha e aos jornais "O Globo" e "O Estado de S. Paulo", demorou para perceber que a situação poderia ser mais grave do que imaginava. "Talvez nós tivéssemos de ter começado a fazer uma inflexão antes",

completou. Se não o fez, foi porque "não tinha indício de uma coisa dessa envergadura".

Mesmo os mais crédulos petistas terão dificuldades para acreditar na versão presidencial – mas, num paradoxo fácil de entender, preferirão se deixar enganar por esse enredo fantasioso. Do contrário, precisarão admitir que **Dilma** não enxergou o óbvio.

Durante todo seu primeiro mandato, não faltaram alertas sobre o esgotamento do modelo econômico que patrocinou. Em 2014, a arrecadação já caía de forma acelerada; era claro que fortes ajustes seriam inevitáveis.

Na disputa eleitoral, a campanha da **petista** até criou um personagem ranzinza para zombar de quem criticava o governo. Tratava-se do boneco Pessimildo, que talvez hoje **a presidente** queira contratar como conselheiro.

A despeito do muito que parece haver de insincero no mea-culpa de Dilma, a verdade é que, para um país imerso em profunda crise, interessa menos o que se diz do passado e mais o que se faz em relação ao futuro. Quanto a isso, a presidente deu sinais que merecem ser acompanhados com atenção.

Indicou, por exemplo, que apoia certas reformas essenciais, como a da Previdência. É sem dúvida positivo que Dilma tenha se alinhado ao diagnóstico de que o país tem um problema com o envelhecimento da população e que é necessário reduzir o peso dos gastos obrigatórios no Orçamento –55% deles referentes a aposentadorias.

Embora não tenha ido ao detalhe, presume-se que se trata de aval à proposta de estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria que consta da Agenda Brasil, elaborada sob liderança política do Senado para preencher o vazio da pauta presidencial.

Dilma também endossou a promessa de cortar dez ministérios e mil cargos comissionados (5% do total). Anunciada pelo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, a medida, passe o trocadilho, foi mal planejada: não se sabe sequer quais pastas serão eliminadas, muito menos que economia a iniciativa poderá promover.

Ainda assim, há algo de simbólico nesse possível corte –e a presidente mais impopular da história pode tentar recuperar, com esse gesto, alguma conexão com as ruas.

Será difícil, para não dizer impossível. Escamotear a verdade ou descumprir recentes promessas, contudo, de nada ajudarão Dilma Rousseff a retomar prestígio e credibilidade em níveis mínimos para fazer avançar uma agenda de reformas imprescindíveis ao país. (Ed07 – Desforra do Pessimildo – *Folha de São Paulo*, Editorial, 26/08/2015.



Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/opinião/2015/08/1673607-desforra-de-pessilmildo.shtm>)

Nesse exemplo (7), vemos a recategorização do referente “*A presidente Dilma Rousseff (PT)*”, por meio da utilização das expressões referenciais “*Dilma*”, “*a petista*”, “*a presidente*”, caracterizando-se como uma retomada direta, considerada anáfora direta. Isso ocorre quando expressões (ou formas) referenciais são utilizadas para retomar um referente já construído no texto, havendo, assim, uma correferencialidade.

- (8) Marcado para esta quinta-feira (30/07/15), o encontro da presidente Dilma Rousseff (PT) com os governadores de todos os Estados adquiriu importância ainda maior com a decisão tomada terça-feira (28) pela *agência de classificação de risco Standard & Poor's*.

*A companhia norte-americana* alterou a perspectiva da nota de crédito do Brasil para negativa, aumentando as chances de o país perder o grau de investimento. Apenas um andar abaixo está a categoria especulativa, em que, aos olhos dos credores, é alta a possibilidade de calotes.

Nem mesmo os oposicionistas mais aguerridos deveriam desejar *essa cereja podre* no bolo estragado que se tornou *a economia no governo Dilma*. Agências como a S&P ficaram desacreditadas depois de 2008, pois não anteviram a crise que se desenhava nos EUA, mas suas avaliações não deixaram de interessar a quem procura porto seguro para o próprio dinheiro.

A expectativa crescente de que o Brasil venha a perder o atestado de bom pagador já produz efeitos: investidores exigem juros cada vez maiores para compensar os riscos e o dólar bate recordes de alta.

Tanto pior, já se considera que outras duas companhias, a Moody's e a Fitch, podem fazer análise semelhante à da S&P, rebaixando a nota brasileira até o fim do ano.

Combater *esse cenário sombrio* deveria ser um objetivo de todos os que se importam com o futuro nacional, mesmo que não deem a mínima para o destino de Dilma.

Ao expor *suas razões*, a S&P reconhece mudanças neste segundo mandato da petista, mas afirma que aumentaram as incertezas na política e na economia. Diminuí-las, portanto, é um imperativo.

*Tudo* se resume, no fundo, à instabilidade da relação entre o Executivo e o Legislativo, agravada pelos desdobramentos da Operação Lava Jato e traduzida no comportamento pernicioso do Congresso.

Notoriamente incapaz de mobilizar deputados e senadores em torno de uma agenda positiva, a presidente Dilma Rousseff resolveu pedir ajuda aos governadores. Espera que eles convençam suas bancadas a rejeitar projetos que tornem ainda mais penoso o necessário ajuste das contas públicas.

Se mantido estritamente nesses termos, o encontro pode resultar em algo proveitoso. Muitas das medidas que ampliam os gastos têm impacto direto nos cofres estaduais.

Que fique claro: cobrar responsabilidade dos congressistas não significa aceitar conchavos ou dividir a culpa pelo descabro atual. Esta cabe só ao governo Dilma, e a oposição decerto teria muito a perder se fosse vista como sócia da crise

O país, contudo, terá ainda mais a perder se não houver renovados esforços na busca por soluções. Já se sabe quão venenosa pode ser uma oposição que aposta no lema "quanto pior, melhor". Como atestam as agências de classificação de risco, quanto pior, pior (Ed08 - Quanto pior, pior - *Folha de São Paulo, Editorial*, 29/07/2015).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/07/1661621-quanto-pior-pior.shtml>

Nesse exemplo (8), a recategorização do referente “*a agência de classificação de risco Standard & Poor's*” ocorre pelo uso da expressão referencial “*A companhia norte-americana*”. O que mostra a evidência de uma orientação argumentativa, visto que essa escolha é reveladora do ponto de vista do editorialista, denotando sua posição (ou julgamento) sobre esse objeto de discurso (*A companhia norte-americana alterou a perspectiva da nota de crédito do Brasil para negativa, aumentando as chances de o país perder o grau de investimento*).

Podemos observar também no exemplo (8) que o editorialista utiliza a recategorização catafórica “*essa cereja podre*”, anunciando de forma avaliativa o que segundo ele se transformou “*a economia no Governo Dilma*”, a fim de dar argumentatividade ao texto. Notamos, portanto, que a utilização dessa expressão contribuiu de modo significativo para a progressão do tema que gira em torno das chances de o Brasil perder o atestado de bom pagador, afetando, pois, diretamente a economia nacional.

Ainda nesse exemplo (8), percebemos que a expressão referencial “*esse cenário sombrio*” resume toda a problemática em torno da expectativa de rebaixamento da nota brasileira, retirando do Brasil o atestado de bom pagador que gera desconfiança por parte dos investidores. Além disso, é possível inferir a partir desse encapsulamento que o cenário retratado pelo editorialista, ou seja, “*esse cenário sombrio*” (conforme é pontuado no texto) está diretamente relacionando às questões políticas significadas na figura do governo

Dilma. Desse modo, observamos que utilizar essa expressão encapsuladora “*esse cenário*” caracterizando-o como “*sombrio*” pode ser evidenciada em seus procedimentos, escolhas linguísticas que se caracterizam como uma ação argumentativa estratégica, especialmente, no que se refere à escolha dos itens lexicais, bem como das estratégias de referenciação anafórica, representadas, nesse exemplo (8), por anáforas encapsuladoras.

Outra expressão usada pelo editorialista para encapsular trechos desse texto (Ed 08), de forma difusa, é o referente “*suas razões*” que resume os motivos, pelos quais, levaram as agências de classificação de risco analisarem negativamente o Brasil, mas que não estão explicitadas cotextualmente, portanto, sendo possível inferi-las a partir das informações contidas no último parágrafo as quais sinalizam ao leitor a relação dessas razões com a questão do lema da oposição ser “quanto pior, melhor”, influenciando diretamente as decisões das agências de classificação de risco quando atestam que “quanto pior, pior”.

Destacamos (em 8), também, a forma pronominal “*Tudo*” (em *Tudo* se resume), que além de recuperar quase por completo a porção enunciativa precedente que diz respeito à questão em torno das baixas nas notas das agências de classificação de risco, influenciada pelo impasse político, prepara o leitor para o tópico seguinte que marca a opinião do editorialista em relação à temática que vem sendo discutida.

Nesse sentido, podemos observar que o processo anafórico encapsulador além de retomar toda a porção textual referente à baixa na nota de crédito do Brasil, sinaliza a posição do editorialista em afirmar que toda a discussão resumiria no fato da instabilidade atual da relação entre o Executivo e o Legislativo, agravada, sobretudo, pela Operação Lava Jato.

Assim, verificamos que essas expressões com função resumitiva contribuem para a sustentabilidade argumentativa do produtor do texto em sinalizar os fatos que corroboram para os efeitos do impasse político norteados pelo lema: “quanto pior, pior”.

Podemos, assim, notar a relação significativa entre os processos referenciais anafóricos encapsuladores e a construção argumentativa do enunciador/editorialista. Corroborando com a posição defendida por Cavalcante (2012, p. 137), em afirmar que os processos referenciais “desempenham papéis importantes na tessitura textual. Eles exercem funções textual-discursivas que podem servir para organizar, argumentar, introduzir referentes”.

#### 4.6 O uso do encapsulamento anafórico no gênero editorial

Conforme já dito, os processos anafóricos diretos, indiretos propriamente ditos e encapsuladores constroem-se, tendo como apoio pistas que se fazem presentes no contexto sociocognitivo, dependendo mais ou menos de inferências. Portanto, diferenciá-los apenas levando em consideração o critério da menção no contexto não dá conta da complexidade envolvida em tais processos, segundo Cavalcante (2011). Essa questão pode ser observada nos editoriais jornalísticos, na medida em que esse gênero apresenta a sua compreensão notadamente vinculada ao contexto. Por isso, dizemos que os exemplos de anáforas encapsuladoras que serão descritos denotam um relevante/elevado grau de conhecimento compartilhado. Vejamos o exemplo a seguir:

- (9) Antipatizar com delatores é uma questão pessoal, mas Dilma Rousseff (PT), na condição de presidente da República, tem o dever legal de respeitar um instituto admitido pela legislação brasileira – a norma mais recente sobre o tema, aliás, foi sancionada pela própria petista em 2013.

Já não seria pouco, mas Dilma não se limitou a quebrar a liturgia do cargo e a demonstrar incoerência. Procurando se esquivar de acusações feitas pelo empreiteiro Ricardo Pessoa, a presidente desmereceu companheiros do passado, misturou democracia com ditadura e atacou um mecanismo de defesa que auxilia as investigações.

Em Nova York, ao comentar irregularidades que Pessoa atribuiu ao financiamento de sua campanha à reeleição, a petista afirmou: "Não respeito delator, até porque estive presa na ditadura militar e sei o que é. Tentaram me transformar numa delatora (...) e garanto que resisti bravamente".

Dilma pode ter suportado a dor das sevícias; outros tantos sucumbiram. Merecem o desprezo da presidente? Talvez ela tenha se deixado trair, ainda hoje, pela "mitologia heroica" que, como descreve o jornalista Elio Gaspari, era compartilhada por vítimas e algozes.

No livro "A Ditadura Escancarada", Gaspari ainda lembra algo de que Dilma parece ter-se esquecido: a tortura surge como opção pelo "fato de que ela funciona. O preso não quer falar, apanha e fala".

*Isso* nada revela sobre o caráter do torturado, mas diz muito acerca de governos que aceitam *essa desumanidade*: são regimes ditatoriais que ignoram o primado da lei e

mandam às favas princípios caros às democracias, entre os quais está o devido processo legal.

Embora advogados de envolvidos na Operação Lava Jato apontem abusos nas prisões, não se tem notícia de violência física ou supressão do direito de defesa. Não se confundem com ruptura institucional os eventuais exageros processuais –mesmo porque estes têm sido debatidos nas mais diversas instâncias competentes.

Também têm sido debatidas nos foros apropriados as informações oferecidas por quem buscou um acordo de delação premiada em troca de redução da pena. Como Dilma Rousseff bem sabe, a eficácia da colaboração será levada em conta na concessão do benefício.

Se Ricardo Pessoa mentiu ao dizer que pagou propina no esquema da Petrobras ou ao afirmar que deu dinheiro à campanha de Dilma por medo de arruinar negócios com a estatal, a presidente pode ficar tranquila: ele perderá a vantagem processual e suas acusações não levarão a nada, pois ninguém há de ser condenado apenas com base na manifestação do delator.

*Isso* é o que garante a lei – a mesma lei que Dilma saudou durante as eleições e que agora, cada vez mais isolada, pretende desacreditar. (Ed09 – Lógica torturada – *Folha de São Paulo*, Editorial, 01/07/15)

Disponível em: <http://www1.folha.com.br/opiniao/2015/07/1649985-logica-torturada.shtml>)

No exemplo (9), o anafórico “*Isso*” não retoma nenhum referente específico do cotexto. Na verdade, “*Isso*” encapsula/resume o que fora dito anteriormente acerca da tortura como forma de confissão do preso. Ainda nesse exemplo temos a expressão referencial “*essa desumanidade*” que resume mais ou menos o que será dito posteriormente: “*são regimes ditatoriais que ignoram o primado da lei e mandam às favas princípios caros às democracias, entre os quais está o devido processo legal*”. Além de resumir o que será dito posteriormente, observamos, também, que essa anáfora encapsuladora (“*essa desumanidade*”) expressa um ponto de vista do editorialista, bem como recategoriza esse referente, caracterizando todo esse processo de regimes ditatoriais como uma desumanidade, algo que fere o modo de tratamento a qualquer ser humano.

No que concerne a esse posicionamento, percebemos que através da anáfora encapsuladora se constrói uma orientação argumentativa no texto, bem como a progressão textual. Dizemos, pois, que não há uma expressão precisa, mas um tipo de referência difusa a todo o trecho. Logo, essa estratégia anafórica se caracteriza pela questão de uma

expressão referencial resumir um conteúdo textual e incluir outros conhecimentos que possuímos acerca do que está sendo referenciado (CAVALCANTE, 2012).

Dessa forma, observamos que ainda no exemplo (9), nota-se que o outro demonstrativo sublinhado “*isso*” exerce, também, a função de resumir boa parte do que já foi dito nos parágrafos anteriores. Nesse caso, destacamos que esse demonstrativo encapsula uma porção significativamente maior do texto, ou melhor, não só resume as porções textuais ditas anteriormente que tratam a respeito do acordo de delação premiada em troca da redução da pena, da qual se beneficiaria Ricardo Pessoa ao relatar o fato de ter pagado propina no esquema da Petrobras e da doação de dinheiro para a campanha de Dilma, mas também encapsula toda a discussão em torno da crítica direcionada ao posicionamento contrário da Presidente Dilma em relação aos delatores, contrapondo-se, pois, conforme argumenta o editorialista, a norma admitida pela Legislação brasileira que fora sancionada pela própria presidente.

Para Koch e Elias (2014) a anáfora encapsuladora introduz um referente novo, encapsulando (sumarizando) a informação que se encontra difusa no cotexto precedente ou subsequente, representando-a através de um sintagma nominal. Desse modo, as autoras chamam a atenção para o fato de os rótulos poderem ser caracterizados como prospectivos ou retrospectivos. Vejamos:

- (10) Cercada por uma atmosfera de descrédito e isolamento quase sem precedentes, a presidente Dilma Rousseff (PT) procura reagir. Na extensa entrevista a esta Folha publicada terça-feira (7), defendeu-se das acusações que lhe fazem e qualificou parte da oposição de golpista.

Prometeu contestar as evidências de que seu governo violou a Lei de Responsabilidade Fiscal mediante manipulação contábil no ano passado. Renovou seu compromisso com o ajuste das contas públicas em curso, cuja implantação pretende acelerar. E reiterou sua aversão à delação premiada como recurso investigativo.

"Eu não vou cair. Eu não vou, eu não vou", insistiu com ênfase exagerada, para em seguida lançar um repto temerário, passe o trocadilho, aos que preconizam seu impedimento, desafiando-os com outra repetição: "Venha tentar, venha tentar".

O impeachment presidencial é, como se sabe, remédio extremo para situações extremas. Depende de *dois requisitos*, um jurídico, o outro político, para se consubstanciar.

É necessário reunir um conjunto robusto de provas a indicar que o/a presidente cometeu crime de responsabilidade no exercício de suas funções. E é preciso que se configure amplo consenso político de que lhe faltam condições mínimas para seguir governando.

Embora numa democracia qualquer pessoa possa manifestar seu desejo de que o governo caia, uma proposta de impeachment só deve ser considerada seriamente se e quando *aqueles dois critérios* estiverem atendidos.

Ainda não é o caso. Espera-se que o Tribunal de Contas da União julgue as contas do governo até o final de agosto; caso sejam rejeitadas, como parece provável, caberá ao Legislativo deliberar sobre eventual abertura de processo de impeachment.

Quanto às denúncias de que dinheiro ilegal foi usado na campanha que reelegeu a presidente, conforme acusam delatores identificados na Operação Lava Jato, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral decidir sobre sua veracidade.

Em caso de condenação, haverá recurso ao Supremo Tribunal Federal. Do ângulo jurídico, portanto, *a situação da presidente* (em a situação da presidente é grave), mas ainda indefinida.

Do ponto de vista político, as perspectivas não parecem melhores. Com 10% de apoio, sua sustentação popular é das piores jamais medidas. Atiçado por uma liderança atrevida, o Congresso está em guerra contra o governo e ameaça desfigurar as medidas imprescindíveis para o país sair da crise.

O próprio êxito do ajuste pressupõe um período em que o prestígio do governo venha a se deteriorar ainda mais.

Ainda assim, é preciso esperar que as instituições concluam seu trabalho. Impeachment é solução traumática que convém evitar enquanto houver alternativa. (Ed10 – Dilma reage– *Folha de São Paulo, Editorial, 08/07/201.*

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/07/16522991-dilma-reage-shtml>

No exemplo (10) observamos que a expressão “*dois requisitos*” encapsula a frase imediatamente posterior: “*um jurídico, o outro político, para se consubstanciar*”, funcionando assim como um encapsulamento prospectivo. Já no caso da expressão “*aqueles dois critérios*”, verificamos que não só retoma os dois critérios mencionados anteriormente, como também resume todo o parágrafo anterior que explica detalhadamente do que trata cada requisito: “*É necessário reunir um conjunto robusto de provas a indicar que o/a presidente cometeu crime de responsabilidade no exercício de suas funções. E é*

*preciso que se configure amplo consenso político de que lhe faltam condições mínimas para seguir governando*”. Nesse caso, temos o rótulo retrospectivo, por resumir algo que já fora mencionado.

Assim, Koch e Elias (2014, p.126) chamam a atenção para o fato de que os referentes já existentes podem ser, a qualquer momento, modificados ou expandidos, visto que durante o processo de compreensão, vai criando-se na memória do leitor ou do ouvinte uma representação extremamente complexa, a partir do acréscimo sucessivo de novas categorizações e/ou avaliações sobre o referente.

Nessa perspectiva, salientamos que segundo Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) a característica essencial das anáforas encapsuladoras é “resumir porções contextuais, isto é, o conteúdo de parte do cotexto somado a outros dados de conhecimentos compartilhados”. Dessa forma, os autores chamam atenção de que a extensão dessa porção poderá ser bastante variável, podendo reduzir-se à proposição de uma sentença, ou a pedaços maiores do texto.

Nesse sentido, notamos ainda no exemplo (10), que a expressão “*a situação da presidente*” encapsula/resume porções do texto que se fazem presentes no cotexto de uma forma prospectiva, como o parágrafo imediatamente posterior: “*Do ponto de vista político, as perspectivas não parecem melhores. Com 10% de apoio, sua sustentação popular é das piores jamais medidas. Atiçado por uma liderança atrevida, o Congresso está em guerra contra o governo e ameaça desfigurar as medidas imprescindíveis para o país sair da crise*”. Além disso, encapsula também uma gama de implícitos em torno dos aspectos contextuais que giram em torno do contexto político-econômico norteador da política do governo Dilma, da qual, para que ocorra o entendimento, faz-se necessário o acompanhamento dos acontecimentos políticos, sobretudo, em torno do impasse existente entre o Congresso Nacional e o governo Dilma.

Assim, percebemos que o encapsulamento anafórico se constitui como estratégia convincente a partir da qual retoma toda essa situação que abrange o cenário político atual que o editorialista/escritor utilizou, retomando, pois, o fato com a expressão “*a situação da presidente*”, sumarizando toda a discussão textualmente explicitada precedente, bem como a contextual, utilizando-se da estratégia referencial, o encapsulamento anafórico. Com isso, podemos observar que o texto apresenta referentes sempre dinâmicos, que vão se transformando à medida que o texto progride (CAVALCANTE, 2012).



As anáforas encapsuladoras resumem estágios de argumentos à proporção que o escritor apresenta e avalia suas próprias proposições e as de outras fontes (FRANCIS 2003). Dessa forma, elas ajudam na organização macrotextual, isto é, no modo de organização dos subtópicos do texto, indicando o fechamento de uma porção textual e funcionando como uma espécie de sinalizadores argumentativos que conduzem o interlocutor/leitor para o estágio seguinte (CAVALCANTE, 2011).

Nessa direção, destacamos funções que são intrínsecas ao fenômeno do encapsulamento anafórico, sendo, pois, enfatizados na análise dos editoriais selecionados para esta pesquisa. Para Cavalcante (2011, p.82), a função mais saliente das anáforas encapsuladoras é a resumitiva, desempenhando, também, do ponto de vista da tessitura textual, a função fundamentalmente coesiva. Além disso, à luz da visão cognitiva e discursiva, tem-se a função de ativar referentes novos (KOCH; ELIAS, 2014), explicitando-os pela primeira vez, contudo de forma simultânea reativa informações já dadas no próprio cotexto. Desse modo, para as autoras, a rotulação designa, pois, o fenômeno pelo qual enunciados anteriores são transformados em objetos de discurso.

Cavalcante (2011) pontua, ainda, que os encapsuladores exercem, também, um papel de organizadores de tópicos discursivos, pois se mostram enquanto recurso de significativo valor para a introdução, mudança ou desvio de tópico, bem como para a ligação entre tópicos e subtópicos, constituindo, então, como um dos mecanismos linguísticos de estruturação tópica. Vejamos:

- (11) Não há como dourar *a pílula*. *A crise política e econômica* é das mais graves, e as incertezas quanto aos seus desdobramentos provocam desânimo adicional em investidores e consumidores. Um ciclo vicioso que asfixia o país.

Embora as circunstâncias tornem mais difícil a tarefa de distinguir ruídos breves das tendências e oportunidades duradouras, é urgente encontrar caminhos capazes de dar maior envergadura às expectativas nacionais. É crucial identificar *uma nova agenda* de desenvolvimento para o Brasil.

Se *um quadro como o atual* não se desenha com apenas um erro, nenhum traçado estará completo se não levar em conta *um equívoco decisivo*: o diagnóstico que o governo Dilma Rousseff (PT) fez a respeito das mudanças no panorama internacional a partir de 2011.

Para o país, o principal não era o baixo crescimento das nações ricas, mas o movimento de redução dos preços das matérias-primas. O buraco nas transações com o restante do mundo cresceu e atingiu 4,5% do PIB em 2013 e 2014.

No ambiente doméstico, o impacto interno esperado era o esgotamento do empuxo de consumo financiado por transferências governamentais e crédito facilitado.

O fim *dessa dinâmica* observada na década passada demandava uma gestão diferente na economia, mais direcionada para o crescimento da produtividade e menos fundada nas benesses oficiais.

A presidente Dilma, no entanto, resumiu seu primeiro mandato a uma tentativa de resistir a essa orientação. Aplicou o que imaginava ser *um remédio*: gastos públicos crescentes, intervenções setoriais e leniência com a inflação.

Tratava-se de veneno, contudo. *Os sintomas* não tardaram: PIB estagnado ou encolhendo e inflação sempre elevada. O desemprego até se manteve baixo por um tempo, mas à custa de desequilíbrios crescentes que agora cobram a fatura.

Como se a dose já não fosse suficientemente alta, o estelionato eleitoral torna a recuperação mais tormentosa. A sociedade brasileira não foi preparada para a mudança de rumo. Sem credibilidade, Dilma tornou-se refém da conjuntura.

Pelo menos no curto prazo, o rumo é claro. Não há alternativa a não ser persistir na arrumação das contas e no controle da inflação.

A situação das finanças é a mais complexa. Em quatro anos, um superavit primário (saldo das receitas e despesas antes do pagamento dos juros) de 3% do PIB se transformou em deficit de 1,5%.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tenta voltar ao azul e atingir até 2016 um saldo de 2% do PIB, o mínimo necessário para estabilizar a dívida. A recessão e a irresponsabilidade do Congresso, porém, tornam o aperto mais difícil.

Na batalha da inflação, o Banco Central deve sair-se vitorioso –aliás, corre o risco de exagerar na artilharia–, tendo em vista a contração da economia, que ajustará salários e empregos.

Como resultado, a inflação deve cair em breve e abrir espaço para um ciclo de cortes de juros –a taxa Selic, que chegou a 7,25% em 2012, hoje está em 13,75%.

Mas é preciso ir *além do ajuste* e construir uma estratégia de longo prazo. Depois de esgotado o ciclo do consumo, que não criou –nem poderia– condições perenes de crescimento, quais podem ser os novos vetores de dinamismo? Há pelo menos *dois candidatos*.

Um deles é a indústria, o setor mais prejudicado nos últimos anos –a produção manufatureira regrediu ao nível de 2006.

A atual combinação de câmbio desvalorizado com menores pressões salariais pode aos poucos abrir nova perspectiva. Para aproveitá-la, será preciso formar consenso em torno de maior abertura econômica e integração comercial com as cadeias mundiais de produção, além de simplificar os tributos que mais oneram a produção, como PIS/Cofins e ICMS.

É uma agenda para vários anos, mas que precisa começar o quanto antes. Há, felizmente, sinais favoráveis tanto na orientação menos protecionista de empresários como na aparente disposição do governo de buscar acordos comerciais.

Outro vetor possível é a infraestrutura. Verdade que o horizonte próximo parece comprometido em decorrência da Operação Lava Jato. Mas o país tem um déficit de investimento de 3% do PIB ao ano que precisará ser coberto. O novo plano de concessões do governo dá conta de 10% das necessidades até 2018. É um início viável.

Se for possível reestabelecer os marcos de regulação e destravar a burocracia, haverá financiamento privado para cumprir essa etapa e preparar o país para saltos maiores.

Indústria e infraestrutura, ademais, têm potencial para dinamizar a produtividade e a geração de empregos de qualidade.

Não se trata de agenda simples, sobretudo porque mobilizar forças produtivas e sociais para a nova etapa de expansão econômica depende de liderança política –um recurso escasso no mercado brasileiro (Ed11 – Além do ajuste– *Folha de São Paulo*, Editorial, 12/07/2015).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/07/1654547-alem-do-ajuste.shtml> )

No exemplo (11), podemos destacar que primeiro é apresentado a crise política e econômica, depois o erro predicado pelo escritor como equivocando do governo Dilma e, em seguida o que se imaginava ser o remédio. Assim, notamos que os processos referenciais estão relacionados diretamente aos subtópicos e aos modos como o enunciador seleciona, escolhendo a ordem deles no cotexto.

Nesse editorial (Ed11), é relevante acompanhar o modo como o referente “*o ajuste político e econômico*” explicitado no título evolui de forma gradativa, haja vista a tese defendida no texto. Para tanto, já no parágrafo inicial observamos a expressão catafórica “*a pílula*” que se refere ao que vai ser dito: “*a crise política e econômica*” vista pelo escritor como uma das mais graves. Em seguida, destacamos a expressão “*um quadro como o atual*” que resume não apenas o que foi dito cotextualmente nos parágrafos anteriores, mas também encapsula elementos contextuais sobre a crise política e econômica vivida no

Brasil que já fora explicitada em editoriais anteriores, nos quais se fazem presentes questões sobre esse assunto fundamentais para que o leitor possa estabelecer inferências que contribuirão para o entendimento desse texto, conseguindo, inclusive, compreender o porquê de a crise não se restringir apenas ao ajuste, sendo possível inferir a partir do próprio título: “*Além do ajuste*”.

Dessa forma, podemos dizer que “*o ajuste*” resume/encapsula contextualmente um conjunto de questões que de fato são necessárias para que, somadas ao ajuste político possam realmente minimizar os efeitos da atual crise político-econômica.

Nesse contexto, vale destacar que para Conte (2003, p.186) o encapsulamento funciona simultaneamente como “um recurso coesivo e como um princípio organizador, e pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor”. Assim, verificamos que as expressões destacadas como encapsulamento anafórico tanto apresentam um princípio organizador quanto um meio de influenciar o leitor.

Como exemplo, destacamos a anáfora encapsuladora prospectiva (em 11) “*um equívoco decisivo*” que revela a intencionalidade do editorialista em apontar de forma avaliativa o que resumiria o motivo/causa da atual situação político-econômica vivida no Brasil atualmente, conforme explicitado no texto: “*o diagnóstico que o governo Dilma Rousseff (PT) fez a respeito das mudanças no panorama internacional a partir de 2011*”. Desse modo, pode-se notar que essa expressão encapsuladora resume prospectivamente o que irá ser dito cotextualmente como também apresenta o ponto de vista do escritor marcado pelo fato de apontar como decisivo, em que para o editorialista deveria ser levada em consideração a configuração do quadro atual.

Para Wanda d’Addio (1998 *apud* Conte, 2003, p.186), “A escolha do nome encapsulador não é sempre facilmente compreensível para o leitor, e pode chegar através de processos complexos de inferência”. Nesse sentido, observamos ainda no exemplo (11), ao ser mencionado sobre “*uma nova agenda*”, que o enunciador encapsula uma série de medidas que deverão ser tomadas em longo prazo com a finalidade de desenvolvimento para o Brasil.

Desse modo, verifica-se que essa expressão encapsuladora, escolhida pelo escritor, exige um elevado grau de inferência por parte do leitor, sobretudo, de acompanhamento frequente dos editoriais já publicados para melhor compreensão do que de fato significa o termo “*uma nova agenda*” e a ligação desse termo com o pacote de reformas elaborado por Renan Calheiros, Presidente do Senado, chamado de Agenda Brasil, bem como perceber a

importância do uso e emprego anafórico para a progressão do texto e a construção de sentido.

Destacamos, ainda, nesse exemplo (11), as expressões “ *dessa dinâmica*”, “*um remédio*”, “*os sintomas*” e “*dois candidatos*”, a partir das quais percebemos diferentes papéis na progressão textual. A expressão referencial “ *dessa dinâmica*” retoma a questão de o Brasil considerar como principal não o baixo crescimento das nações ricas, mas o movimento de redução dos preços das matérias-primas (explicitado em parágrafo anterior). Ao passo que as expressões: “*um remédio*”, “*os sintomas*” encapsulam as informações que ainda serão ditas. Assim, podemos perceber a importância do encapsulamento anafórico no processo de organização textual, bem como na progressão do texto, seja encapsulando porções já ditas ou resumindo porções textuais que ainda serão explicitadas cotextualmente ou mesmo contextualmente. A expressão “*dois candidatos*” antecipa o que será discutido adiante no texto sobre o que seriam os dois vetores do dinamismo e traz um novo referente ao texto/discurso. Assim, verificamos que as anáforas encapsuladoras podem atuar enquanto relevante mecanismo de garantia de progressão textual, desempenhando movimentos que ora recuam ora antecipam as informações que se fazem presentes no universo textual.

Portanto, a partir das análises explicitadas, sobretudo do exemplo (11), podemos notar essencialmente a dependência do contexto sociocognitivo para sua interpretação, pois as informações que são necessárias ao seu entendimento podem ser desconhecidas por um grupo de leitores do jornal que não acompanham frequentemente as questões relacionadas à temática política, de modo que apenas um leitor assíduo e observador/especializado nessa temática realiza uma construção adequada dos referentes.

Nessa perspectiva, vemos que as anáforas encapsuladoras se apresentam como importante escolha estratégica, apresentando a capacidade de resumir informações que estão presentes no cotexto e, ao mesmo tempo, transformar essas informações em novos objetos de discurso. Verificamos, pois, casos de anáforas encapsuladoras no *corpus* que apresenta essa dupla funcionalidade, mostrando, certo teor avaliativo ao texto, conforme pode ser observado no exemplo abaixo:

- (12) Incapaz de persuadir o Legislativo a agir com responsabilidade diante da crise econômica que hoje deixa o país prostrado, a presidente Dilma Rousseff (PT) decidiu

recorrer aos governadores estaduais. Em reunião realizada na quinta-feira (30), pediu ajuda para impedir a aprovação de propostas que elevem os gastos públicos.

A presidente lembrou que assumiu sozinha o desgaste de vetar iniciativas populistas que onerariam o Tesouro, como o reajuste de até 78,6% aos servidores do Judiciário.

Advertiu seus convidados, porém, de que aumentos de despesas na esfera federal teriam impacto nos Estados, devido ao efeito cascata. Daí a necessidade de "enfrentar os problemas juntos".

***Os problemas***, bem entendido, têm nome e sobrenome: são os deputados federais e os senadores da República. Desde o início do ano, os parlamentares têm batido recordes de impostura e patifaria no trato das contas públicas.

***Esse comportamento irracional*** resulta do esgarçamento das relações entre Executivo e Legislativo. Em um regime presidencialista, o chefe do governo submete uma agenda nacional aos congressistas, que é aprovada ou rejeitada após debates ponderados. Neste ano, esse padrão de relacionamento entrou em colapso.

Em parte devido aos avanços da Operação Lava Jato, em parte buscando se descolar de uma mandatária mais que impopular, os presidentes da Câmara e do Senado travam guerra aberta com o Planalto.

Dilma Rousseff, por sua vez, conseguiu a proeza de compor um ministério cujas legendas votam contra seu governo nos momentos decisivos. Aliás, se nem mesmo o PT tem sido fiel à presidente, o que esperar dos demais aliados?

Dado ***esse cenário***, alguns segmentos da oposição apostam no malfadado "quanto pior, melhor", na esperança de que o agravamento da crise apresse o fim da administração petista. A quem interessa, contudo, uma nação quebrada?

Não se trata, em hipótese alguma, de diluir a culpa pelo atual desastre. Esta cabe exclusivamente à presidente Dilma. É imperativo, todavia, que seus adversários entendam que leis mal concebidas não afetarão apenas este governo; todo o país restará prejudicado.

Daí a importância de que os governadores, incluindo os de partidos oposicionistas, percebam a urgência de barrar a chamada pauta-bomba do Congresso. A dificuldade é que, historicamente, os mandatários estaduais têm influência limitada sobre os parlamentares.

Recorde-se, por exemplo, abril de 2003: o então presidente Lula e os 27 governadores foram à sede do Legislativo entregar propostas de reforma tributária e previdenciária. Esta última avançou, mas a primeira permanece emperrada – e figurou como um dos tópicos da reunião desta semana no Planalto.

Nada garante que, hoje, os governadores conseguirão devolver um pouco de racionalidade aos parlamentares de seus Estados. Mas o país agradecerá se tivessem sucesso *nessa empreitada* (Ed12 – Hora cinzenta– *Folha de São Paulo*, Editorial, 01/08/2015).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/08/1663243-hora-cinzenta.shtml>

No exemplo (12), o processo encapsulador ocorre com o sintagma nominal “*os problemas*” que resume a informação a ser dita: *os deputados federais e os senadores da República*, na qual é nomeado o que o editorialista/escritor chama de problemas. Além disso, percebemos que tal sintagma atribui uma avaliação negativa a essas autoridades.

Outro encapsulador presente no exemplo (12) é marcado pela expressão “*Esse comportamento irracional*” que sumariza todo o parágrafo anterior. Esse sintagma nominal resume tudo que foi dito anteriormente em torno do modo que tem agido os deputados e senadores da República, o que para o editorialista “*tem batido recordes de impostura e patifaria no trato das contas públicas*”. Com isso, percebemos que além de resumir informações já mencionadas no texto, esse encapsulamento anafórico também evidencia uma avaliação por parte do editorialista. Tal uso está relacionado ao modo como o enunciador escolhe ordenar as informações no cotexto, pois, ao caracterizar esse comportamento como irracional apresenta argumentatividade que influencia significativamente o leitor, especialmente, quando enfatiza a partir do uso dessa outra expressão “*Esse padrão de comportamento*”, sendo possível inferir que o comportamento mencionado anteriormente não se configura como algo isolado, mas como uma espécie de padrão que norteia as relações existentes entre o executivo e o legislativo.

Ainda nesse exemplo (12), destacamos as expressões “*esse cenário*” e “*nessa empreitada*”. A expressão anafórica “*esse cenário*” sumariza toda a discussão em torno da guerra declarada entre os presidentes da Câmara e do Senado e o governo Dilma. Além disso, engloba também uma série de implícitos direcionados aos aspectos políticos que podem ser contextualmente recuperados pelos leitores que acompanham frequentemente os editoriais do Jornal *Folha de São Paulo*, especialmente, aqueles editoriais que tratam sobre a temática política.

A expressão marcada “*nessa empreitada*” sumariza a informação anterior sobre um acordo entre governadores e parlamentares, ao mesmo tempo, em que encapsula

contextualmente toda a questão problemática que, historicamente, envolve parlamentares e os governadores estaduais, conforme podemos verificar, também, no decorrer do texto.

Destacamos, portanto, o papel significativo dessas anáforas de atuarem como mecanismo de garantia da progressão textual, envolvendo movimentos que se alteram entre retrospectivos e prospectivos de informações que constituem o universo textual.

Nessa perspectiva, Conte (2003, p. 179) pontua que as formas de encapsulamento são diferentes dos exemplos padrão de anáfora por conta, especialmente, dos seguintes pontos:

- (i) Os referentes dos sintagmas nominais anafóricos não são indivíduos, mas referentes com um status ontológico diferente.
- (ii) O antecedente (se é legítimo falar de um antecedente) não é claramente delimitado no texto, mas deve ser reconstruído (ou mesmo construído) pelo ouvinte/leitor (CONTE, 2003, p. 179)

Desse modo, a autora chama a atenção para o fato de que o encapsulamento anafórico se torna um mecanismo bastante relevante de introdução de referentes no texto. Sendo, pois, construídos no processo da dinâmica do texto.

Corroborando com essa visão, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 80) pontuam que as anáforas encapsuladoras exercem funções argumentativas decisivas para o projeto de dizer de cada enunciador, no momento em que buscam o melhor modo de designar, de sintetizar parafraseando um ponto de vista (e, conseqüentemente, rebatendo outros, ditos ou não). Isso pelo fato de que essas anáforas retomam um referente que não está expresso, mas sim esparsamente difundido no cotexto, e, em seguida nomeiam referente implícito. Vejamos, pois, os exemplos, a seguir:

- (13) Apresentado como "Agenda Brasil", o pacote de reformas proposto ao governo federal pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) sintetiza, em muitos aspectos, as circunstâncias que hoje sacodem o país – e não somente pelo conteúdo, mas também por sua origem e pelas reações que suscitou.

Num primeiro plano, a própria sugestão das medidas denuncia a extrema fragilidade do Planalto. Dado um quadro de crise política e econômica, o habitual, em um sistema presidencialista, seria que o Executivo liderasse iniciativas com vistas a promover o crescimento.

A presidente Dilma Rousseff (PT), porém, mostra-se incapaz de fazê-lo. O presidente do Senado, até há pouco fonte adicional de incômodos para a administração petista,



decide tomar a dianteira. Não "estendendo a mão a um governo que é efêmero e falível", diz Renan, mas oferecendo "um ponto de partida para discutir o Brasil".

Ninguém há de tomar pelo valor de face as declarações de um político ladino como Renan; seus motivos subjetivos talvez venham a emergir com o tempo. O dado objetivo, de todo modo, é que o pacote do Senado revela, por parte dessa Casa, algum senso de responsabilidade com o país.

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acusou o golpe e sentiu necessidade de defender seu lado da cerca: "Não se pode achar que vai construir uma agenda única, que vai ser votada e virar lei. Não é assim que funciona. Não se pode ignorar que há outra Casa legislativa".

Difícilmente alguém terá se esquecido disso, já que dessa "outra Casa legislativa" partem as principais ações destinadas a desestabilizar ainda mais o governo Dilma – mesmo que isso signifique aprovar leis desastrosas para as contas públicas, presentes e futuras.

Cunha, como se sabe, declarou guerra contra o Planalto, e inúmeros deputados estão do seu lado. Há nisso muito do velho oportunismo parlamentar: trocam-se votos no plenário por cargos e verbas.

Mas há também *algo novo*: a tentativa de desviar as atenções da Operação Lava Jato, cujas investigações sobre corrupção na Petrobras não têm preservado os políticos.

Cunha tem certa razão quando afirma que a agenda de Renan por ora não passa de "jogo de espuma". Poucas propostas parecem viáveis, e quase todas demandarão muito debate. Ainda assim, o conjunto tem o mérito de, retomando as boas relações entre o Executivo e o Legislativo, colocar em pauta temas importantes para o país.

Concordando ou não com as medidas, Dilma Rousseff não estava em condições de rejeitá-las. Que ela assim se afaste ainda mais de seu programa, agravando o estelionato eleitoral, é apenas mais um aspecto dessa sintética "Agenda Brasil". (Ed13 – Retrato do Brasil– *Folha de São Paulo*, Editorial, 13/08/2015.

*Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opinião/2015/08/1667980-retrato-do-brasil.shtml>*)

- (14) O mercado de trabalho no Brasil experimenta a súbita inversão da dinâmica positiva que vigorou nos últimos anos. Enquanto vagas são fechadas em ritmo recorde e caem os salários, mais pessoas em dificuldade buscam empregos, o que eleva a taxa de desocupação.

O governo não pode fazer muito diante dessas tendências. Em seu atual estágio, elas refletem o malogro do modelo implantado no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aprofundado pela presidente Dilma Rousseff (PT).

A economia seguirá seu curso, e a penúria das contas públicas restringiu a possibilidade de expansão de gastos e concessão de renovadas benesses oficiais.

Mesmo assim, há espaço para ações pontuais que ajudem trabalhadores e empresas a mitigar ao menos um pedaço dos ajustes mais dramáticos. O Programa de Proteção ao Emprego proposto no início do mês vai nessa direção.

O PPE permite redução de até 30% na jornada de trabalho e nos salários por no máximo um ano. Para participar, as empresas precisam mostrar que enfrentam uma crise (calculando perda de empregos nos últimos 12 meses). É necessário ainda que tenha sido esgotado o uso de banco de horas e férias.

As companhias devem aderir à iniciativa até o final do ano, celebrando acordo coletivo com os empregados; enquanto estiverem no programa, não poderão demitir.

O governo calcula uma despesa de R\$ 112 milhões em 2015 para preservar até 50 mil empregos. Levando-se em conta que, enquanto não houver demissões, não haverá desembolsos com o seguro, conclui-se que o custo é baixo.

Não haverá milagre, contudo. O país assiste ao maior ajuste em décadas. A pesquisa mensal de emprego (que abrange vagas formais e informais) divulgada pelo IBGE mostrou redução de 1,3% na população ocupada em junho, na comparação com o mesmo mês de 2014. Trata-se da maior queda da série histórica, iniciada em 2002.

A massa salarial acompanha o quadro e mostra redução de 4% desde junho do ano passado.

A piora das condições de vida de famílias de renda mais baixa pode ter *efeito perverso*: obrigar o retorno ao mercado de trabalho de grande contingente de jovens, que de outro modo poderiam estudar e se qualificar. Como sempre, os mais penalizados serão os mais pobres.

O resultado será o aumento acelerado da taxa de desemprego, que passou de 4,8% para 6,9% em apenas um ano – tanto mais grave, que tamanhas dificuldades terão de ser superadas num quadro de aprofundada crise política. (Ed14 – O trabalho do ajuste– *Folha de São Paulo, Editorial, 27/07/2015.*

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/07/1660761-o-trabalho-do-ajuste.shtml>)

Nos exemplos (13) e (14), vemos que qualificar, por exemplo, como “*algo novo*” e “*efeito perverso*” muito do que já está explícito no cotexto se constitui como uma estratégia metadiscursiva (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 81), posicionando-se a respeito do que já fora exposto. Sendo assim, os autores defendem que a maneira mais apropriada de designar o referente é uma função metadiscursiva, visto que o

enunciador volta-se para o próprio dizer, numa atitude reflexiva, com o intuito de estabelecer um posicionamento e, ao mesmo tempo, engajar o leitor, objetivando conquistar sua adesão.

Além disso, percebemos nos dois exemplos elencados, que as anáforas encapsuladoras realizam um movimento prospectivo, de modo que precedem o objeto de discurso ao qual se referem. Verificamos, ainda, nesses exemplos, que ao utilizar essas expressões encapsuladoras para introduzir um novo tópico no texto, os enunciadores apresentam como objetivo não apenas ligar tópicos, mas norteiam a atenção do leitor para a nova sequência que se seguirá. Dessa forma, pode-se confirmar a relevância dessas anáforas como mais um mecanismo que viabiliza avaliações, podendo, assim conduzir a linha argumentativa do texto.

(15) A situação da presidente Dilma Rousseff tornou-se tão delicada que já não há momento oportuno para o PT veicular propaganda partidária na televisão. Esta quinta-feira (6), mesmo assim, foi um dia especialmente infeliz para a legenda tentar negar o óbvio.

No mundo encantado e mentiroso dessas peças publicitárias, o país enfrenta apenas "problemas passageiros na economia", naturalmente originados em turbulências internacionais. Algumas pessoas, contudo, estariam usando tais circunstâncias com o propósito de "criar uma crise política", cujos efeitos poderiam ser ainda piores.

Não há licença poética que justifique tamanha inventividade por parte dos marqueteiros. Os indicadores econômicos apontam para desequilíbrios estruturais e estão aí para quem quiser ver: contração do PIB, picos de inflação, recorde de queda real de renda e dólar em disparada, entre outros.

Quanto à política, coube –veja só– ao melífluo Michel Temer (PMDB) falar com a franqueza exigida pela ocasião. Para azar do governo, o vice-presidente da República sentiu necessidade de fazê-lo exatamente um dia antes de ser difundida a propaganda petista.

"Não vamos ignorar que a situação é razoavelmente grave. Não tenho dúvida de que é grave, e é grave porque há uma crise política se ensaiando", afirmou, para um pouco adiante sentenciar: "É preciso que alguém tenha a capacidade de reunificar a todos".

Ao contrário do que quer fazer crer o programa do PT, a crise já está instalada, e o próprio Temer, ao lançar seu apelo em nome do país, não se lembrou de evocar a liderança da presidente Dilma. Mais que isso, tomou a liberdade de fazer o pedido, "como articulador político do governo".

Estaria se adiantando aos fatos e –de forma calculada ou num ato falho, pouca importa– se apresentando como alternativa para conduzir o Executivo? Ou, sem que lhe tenha ocorrido a destituição de Dilma, somente julgou que a petista carece de condições mínimas para coordenar os diversos atores, Congresso Nacional à frente?

Nenhuma das hipóteses depõe a favor da autoridade presidencial. Tampouco ajuda o Planalto ou o PT que, na mesma quarta-feira (5), PTB e PDT tenham decidido abandonar a suposta base governista.

Completo o quadro o resultado de nova pesquisa Datafolha sobre popularidade da presidente. Dilma Rousseff, reprovada por 71% dos brasileiros (eram 65% em junho) e aprovada por 8% (eram 10%), agora ostenta o pior desempenho na série histórica do instituto.

O recorde até então pertencia a Fernando Collor (rejeição de 68%, aprovação de 9%), registrado em setembro de 1992, pouco antes de seu afastamento da Presidência.

De nada adianta o PT tergiversar: o país já caiu no *poço da crise política* – e ele se mostra cada vez mais profundo (Ed15 Poço sem fundo– *Folha de São Paulo*, Editorial, 07/08/2015).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/08/1665571-poco-sem-fundo.shtml>

No exemplo (15), dizemos que a expressão “*poço da crise política*” encapsula todo o texto, numa espécie de metatextualidade, isto é, de reflexão sobre o próprio texto e o modo como classificá-lo (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 81-82). Para tanto, observamos que a referida expressão resume toda a discussão sobre a situação do governo da Presidente Dilma Rousseff atrelada aos desequilíbrios estruturais apontados pelos indicadores econômicos, somados ao posicionamento de Michel Temer.

Além disso, a expressão “*poço da crise política*” também resume uma série de questões políticas e econômicas que podem ser inferidas a partir do contexto situacional brasileiro, de modo especial, pelos leitores que acompanham frequentemente as publicações do Jornal *Folha de São Paulo*.

Portanto, destacamos que, segundo Conte (2003), o encapsulamento anafórico funciona como um importante recurso de coesão e também como princípio organizador, tornando-se um meio de significativa relevância de manipulação do leitor que, por sua vez, recorre a processos complexos de inferência. Em síntese, a partir dos exemplos vistos, verificamos que esses anafóricos tanto prospectivos quanto retrospectivos, apresentam

contribuição fundamental para a progressão textual e a organização tópica, orientando o leitor na dinamicidade sequencial do texto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa apresentou como proposta verificar como o processo de encapsulamento é utilizado no gênero editorial para reelaborar os objetos de discurso, tendo em vista a sua contribuição para a progressão temática do texto e para orientação argumentativa presente nesse gênero. Dessa forma, abordamos algumas questões sobre os processos de referenciação anafórica, argumentação e sobre o gênero editorial, observando, especialmente, o uso das anáforas encapsuladoras em um gênero específico, o editorial jornalístico.

Nesse sentido, dizemos que comprovamos nossa hipótese inicial de que há no gênero editorial uma presença significativa de processos referenciais anafóricos, sobretudo, o encapsulamento anafórico, mobilizando diferentes tipos de conhecimentos armazenados na memória dos interlocutores/ leitores. Com isso, verificamos que o gênero editorial é bastante atrelado ao contexto sociocognitivo, constituindo-se como fator determinante para a interpretação desse gênero, de modo que as formas de referenciação nele observadas dependem significativamente de conhecimentos culturais compartilhados para sua compreensão. Assim sendo, podemos entender a relevante necessidade de inferências para a reelaboração dos objetos de discurso, podendo, pois ser verificados nos casos de anáforas encapsuladoras.

Destacamos que a ocorrência dos exemplos analisados apresenta relação direta com o gênero textual em questão que, como pudemos verificar nas análises, tem como característica relevante a dependência do contexto sociocognitivo, haja vista o conhecimento de mundo do leitor, bem como a frequência com que ele acompanha os editoriais publicados no Jornal Folha de São Paulo, sendo, pois, fatores determinantes para o entendimento do gênero. Isso quer dizer que o leitor que dispõe dessas informações emprega um esforço relativamente menor na construção de referentes, ao passo que o leitor que não possui um conhecimento relevante sobre o que está sendo tratado empregará um esforço maior para realizar os encadeamentos textuais que são necessários para que haja progressão textual e a construção de sentido do texto.

O uso dos processos referenciais anafóricos mostrou também que, através deles, é possível notar a relação entre eles e a orientação argumentativa dos textos. Como podemos observar em alguns exemplos, a partir da utilização do encapsulamento anafórico o editorialista/escritor demonstrava o ponto de vista institucional. Assim, verificamos que esses processos anafóricos com função resumitiva contribuem para a sustentabilidade argumentativa do produtor do texto. Dessa maneira, notamos a relação significativa entre os processos referenciais anafóricos encapsuladores e a construção argumentativa do enunciador/editorialista, corroborando com a posição defendida por Cavalcante (2012), em afirmar que os processos referenciais desempenham papéis de elevada importância na tessitura textual. Desse modo, destacamos que a argumentatividade de um texto não é percebida apenas através dos processos referenciais, mas, conforme pudemos verificar nos exemplos abordados há uma relação relevante entre as formas de referência e a percepção da orientação argumentativa dos textos.

Para dar conta do que nos propomos a trabalhar nesta pesquisa, traçamos um percurso de construção teórica para subsidiar a análise que passou pelo estudo do texto enquanto interação e pela discussão de concepções acerca da referência como ação discursiva, de questões pertinentes ao estudo do texto/discurso, do gênero editorial jornalístico e dos processos anafóricos, notadamente, do encapsulamento anafórico.

O editorial jornalístico, objeto de análise deste estudo, se caracteriza como um gênero textual em que o editorialista/escritor explicita o ponto de vista institucional, sustentando-o através de argumentos aceitáveis a fim de que se possa influenciar o leitor.

Assim, sabe-se que o jornal se constitui enquanto meio de comunicação que opera, tendo em vista duas questões marcantes, ao mesmo tempo em que informa com objetividade, precisa também explicitar a referencialidade dos fatos. Assim, conforme Sabaini (2012) para que ocorra o convencimento do leitor é necessário que o texto passe pelo processo de persuasão/sedução.

Vemos, pois, que a escolha de certas construções linguísticas obtém valor inferencial que fortalece a construção da mensagem que o enunciador/escritor deseja noticiar. Assim, a partir dos processos anafóricos estudados/explorados neste estudo, verificamos que o editorialista/enunciador se posiciona com uma intencionalidade percebida pela orientação argumentativa construída no texto.

Portanto, não tendo como objetivo concluir esse trabalho e nem o intuito de esgotar as possibilidades de continuação da pesquisa aqui explicitada, dizemos que foram

apontados alguns direcionamentos que tratam sobre o uso dos processos anafóricos no gênero editorial de jornal, notadamente, o encapsulamento anafórico, tendo em vista sua contribuição para a progressão do texto e a construção de sentido.

Ressaltamos, então, que os processos referenciais são de fundamental importância para a construção de sentidos dentro do universo textual, porque sua interpretação necessita que haja o encadeamento entre conhecimentos culturais, linguísticos, contextuais bem como o conhecimento das temáticas trabalhadas. Desejamos ter contribuído para os estudos sobre o encapsulamento anafórico, haja vista seu uso num gênero específico: o editorial de jornal.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. A. *Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. Trad. RODRIGUES, M. G. S. et al. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-84.
- BAKHTIN, M.. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Martins Fontes: São Paulo, 2003.
- CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, M. M.. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P.. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 205f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.
- CONTE, M-E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A.. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177-190.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V.. *Linguística Textual: introdução*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A.. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 191-228.
- KOCH, I. G. V.; CORTEZ, S. L.. *A construção heterodialógica dos objetos de discurso por formas nominais referenciais*. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015. [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br).
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- KOCH, I. G. V.. *Argumentação e linguagem*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.
- KOCH, I. G. V.. *Desvendando os segredos do texto*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.
- LIMA, S. M. C. de; CAVALCANTE, M. M.. *Revisitando os parâmetros do processo de recategorização*. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015. [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br).
- MANUAL DA REDAÇÃO DO FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Publifolha, 2005.



MARCHESANI, S.. *A argumentação em editoriais e artigos de opinião: um estudo comparativo*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

MARCUSCHI, L. A.. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A.. *Linguística de Texto: o que é e como se faz?* Ed: Universitária da EFPE, 2009

MARCUSCHI, L. A.. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C (Org.). *Referenciação e discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, L. A.. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A.. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MELO, J. M.. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MONDADA, L.; DUBOIS, D.. Construção dos objetos e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In CALVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A.. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MORAIS, M. A.. *Os processos anafóricos no gênero relato esportivo*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L.. *Tratado de argumentação – Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, R.. *Como argumentar e persuadir?* Prática política, jurídica e jornalística. Lisboa: Quid Juris: sociedade editora, 2010.

REBELO, N. M. S.. *Análise do processo persuasivo no gênero editorial*. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos da Linguagem)-Curso de Pós-Graduação em Letras/Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Santa Maria, 1999.

SABAINI, M. T.. *Os processos de referenciação em textos argumentativos*. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

SANTOS, C. P. M. dos. *Expressões nominais referenciais em editoriais: foco na paragrafação*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifica Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, F. O.. *Processos de referenciação no gênero notícia*. Universidade Federal do Ceará Dissertação (Mestrado em Linguística). Fortaleza, 2004.

SOUZA, M. M.. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Universidade Federal de Pernambuco. Tese (Doutorado em Letras). Recife, 2006.